

ADA SILVA PEREIRA ZWIENER

**EDUCAÇÃO INFANTIL – ESPAÇO PARA CONSTRUÇÃO DO SER
INDIVIDUAL E SOCIAL**

**Monografia apresentada como
requisito à conclusão do Curso de
Especialização em Educação Infantil,
Setor de Educação, Universidade
Federal do Paraná.**

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leila Juliette
Kaló**

**CURITIBA
2002**

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 2 REVISÃO DA LITERATURA | 6 |
| 2.1 AS MUDANÇAS SOCIAIS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO | 6 |
| 2.2 SIGNIFICAÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E O SISTEMA FAMILIAR | 12 |
| 2.2.1 Considerações sobre a Criança | 12 |
| 2.2.2 Considerações sobre as Relações Familiares | 18 |
| 2.3 EDUCAR PARA O BEM SOCIAL | 32 |
| 2.3.1 Novo Desafio | 32 |
| 2.3.2 Os Valores no Contexto da Educação | 39 |
| 2.3.3 Interação Professor – Aluno | 44 |
| 3 CONCLUSÃO | 55 |
| REFERÊNCIAS | 56 |

INTRODUÇÃO

Para desenvolver este trabalho, utilizou-se basicamente a pesquisa bibliográfica, recorrendo a autores consagrados no setor da educação, como forma de obter melhor compreensão sobre as questões que se apresentam na atualidade.

Diante de mudanças sociais tão rápidas, diante de um século que inaugura sua entrada com uma iminente guerra onde as grandes potências econômicas se unem para o combate ao terrorismo e às nações que o apoiam, combate a um inimigo sem rosto que pode estar ao nosso lado. A humanidade presencia a vulnerabilidade de uma grande potência econômica, e o alerta à globalização e o neo-liberalismo, cujo produto é um mundo onde não se cabe todos, apenas os grandes e fortes. Onde cresce a insensibilidade aos dramas humanos, aos pequenos e fracos, à dignidade da pessoa humana, gerando a exclusão de muitos. Diante deste quadro, tem a educação exercido seu papel na sociedade como instrumento de formação e construção do ser?

KILLPATRICK (1965, p. 7), retrata com propriedade este fato:

A vida mudou, está mudando, continuará a mudar. E isso se tem dado e continuará a dar-se, por força de certas tendências da vida moderna, que se podem resumir nestes três grandes aspectos: a industrialização, a expansão das idéias democráticas e a perplexidade de jovens e adultos em tomar uma firme atitude em face de novas questões da vida moral (...) auxiliar a criação e manutenção do equilíbrio social dinâmico, com o intuito de ajudar o desenvolvimento da visão moral e de sua compreensão necessária – é o maior dever de um sistema educacional eficiente.

Segundo o autor, ^{1965-70 havia} há uma crise sem precedentes no âmbito familiar, independente de credo, raça, posição social, onde valores e convicções das gerações anteriores estão sendo questionados e rejeitados, e a tendência de transferir para as escolas, a responsabilidade dos pais na educação de seus filhos, o que se verifica na prática, desde a tenra idade do bebê que é deixado sob os cuidados de uma atendente de berçário.

Objetiva-se com este trabalho, contribuir para a reflexão em relação ao processo educacional, diante dos apelos e desafios do mundo em constantes mudanças sociais; ampliar o conceito e abrangência da educação; construir um olhar e pensar sistêmico em relação à criança e sua família, visando uma mudança do paradigma educacional,

e sensibilizar os educadores para a visão socializadora da Instituição Educação Infantil e seu importante papel agregador na rede social do aluno e sua família.

No sentido de fundamentar esse trabalho, desenvolveu-se três linhas básicas de reflexão que devem direcionar a análise posterior:

A primeira tem o objetivo de aprofundar o significado e a abrangência da educação diante da realidade social que se apresenta, nos convidando a desenvolver uma mentalidade nova e criar um sistema educativo que corresponda a este novo ponto de vista, considerando o fato de que as mudanças deverão ser cada vez mais crescentes e de que a criança precisa ser entendida não apenas como natureza infantil, mas também em relação ao seu contexto social.

A segunda aponta para a necessidade de ampliar e aprofundar uma reflexão no campo social e na educação, numa tentativa de buscar subsídios em ambas as áreas, que indiquem possíveis intervenções visando a promoção do indivíduo e suas famílias e o fortalecimento de suas relações internas.

A grave situação em que encontram-se estas crianças e suas famílias, reflete as precárias condições de vida a que estão submetidas. Muitas delas sequer tiveram a oportunidade de receber algum tipo de informação e de formação que os tornassem capazes de construir seus próprios caminhos e guiar suas escolhas. Existe hoje o desafio aos educadores de criar condições no contexto da educação, que permita ao educando a aquisição de uma esperança, de um horizonte melhor e mais humano, que inclua sua realidade familiar e social, e que permita também aos educadores se perguntarem: com que tipo de sociedade e de futuro estão comprometidos, em suas ações e pensamentos?

Serão mencionados também neste capítulo, alguns princípios básicos para uma abordagem mais integrada e sistêmica à criança e sua família, com o fim de direcionar o olhar não apenas à criança, mas conhecer os outros sistemas que a envolve, que se interagem em conexões significativas no processo educativo.

Finalmente a terceira linha básica de reflexão incluirá uma correlação entre a escola, no caso específico a Educação Infantil, e a rede social do aluno, numa ênfase

socializadora e agregadora da educação, cujos recursos deveriam atender a essas novas necessidades que surgem de uma sociedade em rápidas transformações. Se não houverem novos princípios de ação, novas formas de trabalho, nova metodologia, a educação deixará cada vez mais de cumprir o seu papel, o que é traduzido por KILLPATRICK (1965, p. 92): “É de inteligência, de educação e caráter que mais carecemos; é disso que precisamos todos. Para chegar a tal desirato, uma mudança de filosofia parece representar a nossa única esperança.”

Neste capítulo também olharemos de forma mais aprofundada, a concepção da escola como parte do processo social total, pressupondo que a mesma deva ser uma pequena comunidade que não deve diferenciar dos processos de vida que estão ao seu redor, o que DEWEY (1954, p. 5), muito bem retratou: “Quando a escola receber e preparar cada criança como membro de sua pequena comunidade, saturando-a do espírito de cooperação, do espírito de servir, provendo-a, ao mesmo tempo, dos instrumentos necessários para a sua direção própria, teremos conseguido a mais profunda e cabal garantia de que a sociedade em geral será mais digna, mais bela, mais harmoniosa.”

Em abrigos provisórios de crianças em risco pessoal e social, na faixa etária de 0 a 6 anos, convive-se com a triste realidade de crianças impossibilitadas de terem uma convivência familiar e comunitária, mesmo sendo este um direito assegurado pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Sabe-se também que as famílias destas crianças institucionalizadas, vivem em condições deploráveis, de ausência total de dignidade humana, desprovidas de conhecimento e desconhecendo os seus próprios recursos. Expõem seus filhos a negligências, e por esta razão os mesmos lhes são retirados do convívio familiar.

Uma outra questão que se apresenta neste quadro, é a postura de educadores, que julgam ser possuidores do conhecimento e da informação, sem a consciência da sua contribuição para o fortalecimento das famílias que necessitam de reorganização interna. A visão distorcida e até mesmo preconceituosa da realidade social dos educandos, os distancia das famílias da comunidade e vice versa, desqualificando o

trabalho educativo, quando poderiam ser protagonistas na construção de uma sociedade mais justa e humana.

Este trabalho tem como proposta, fazer uma reflexão quanto a função social da escola, especificamente na Educação Infantil, enquanto instrumento necessário na preparação da criança como membro de sua comunidade, e paralelamente incluindo a família neste processo educativo, o que poderá auxiliar na prevenção da negligência e abandono de seus filhos. Esta mudança de paradigma refletirá no pensar a educação, não apenas como preparação da pessoa para o acúmulo de informações e conhecimento, mas também uma preparação para a vida, ampliando seus referenciais de mundo, ajudando o aluno a construir sua própria visão do universo do qual faz parte.

A percepção tanto do educador como do aluno, em relação aos diversos sistemas que formam a malha social, e a compreensão das conexões entre eles, insere o aluno em sua realidade social, ao mesmo tempo em que tira o educador de sua prática isolada, tornando-o um elo importante na construção de uma sociedade mais justa.

MINUCHIN (1999, p. 20) faz a seguinte afirmação:

Para compreendermos como as idéias sistêmicas se aplicam às pessoas, precisamos ter sempre em mente a idéia das conexões e dos padrões repetitivos. Precisamos também prestar atenção a outras características de qualquer sistema: a presença de subsistemas, a maneira em que suas partes influenciam uma a outra, e o fato de que todo sistema inevitavelmente passa por períodos de estabilidade e mudança. Essas idéias são fundamentais para se entender como as famílias funcionam, mas se aplicam também aos sistemas sociais mais amplos que afetam a vida familiar, por exemplo as instituições sociais.'

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança tem direito de ser criada e educada no seio de sua família, sendo esta a primeira instituição social responsável pela efetivação dos direitos básicos das crianças. Cabe portanto às outras instituições estabelecerem um diálogo aberto com as famílias, considerando-as como parceiras e interlocutoras no processo educativo infantil.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, v. 1:

O trabalho com a diversidade e o convívio com a diferença possibilitam a ampliação de horizontes tanto para o professor quanto para a criança. Isto porque permite a conscientização de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior que oferece múltiplas escolhas. Assumir um trabalho de acolhimento às diferentes expressões e manifestações das crianças e suas famílias significa valorizar e respeitar a diversidade, não implicando a adesão incondicional aos valores do outro. Cada família e suas crianças são portadoras de um vasto repertório que se constitui em material rico e farto para o exercício do diálogo, aprendizagem com diferença, a não discriminação e as atitudes não preconceituosas. Estas capacidades são necessárias para o desenvolvimento de uma postura ética nas relações humanas. Nesse sentido, as instituições de educação infantil, por intermédio de seus profissionais, devem desenvolver a capacidade de ouvir, observar e aprender com as famílias. *pagina?*

A sociedade presencia o abandono e negligência de crianças e adolescentes por famílias empobrecidas, que vivem crises múltiplas nas suas relações familiares, sem possuírem as mínimas condições de se reorganizarem nas estruturas básicas, e sem contarem com apoio para o seu fortalecimento. Este trabalho, traz uma reflexão que visa conduzir a uma prática educacional contextualizada, servindo de apoio real e efetivo às crianças e suas famílias, respondendo às suas demandas e necessidades.

O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, (v. 1, p.84), refere-se a esta questão apropriadamente: "No geral, as famílias que porventura tiverem dificuldades em cumprir qualquer uma de suas funções para com as crianças deverão receber toda ajuda possível das instituições de educação infantil, da comunidade, do poder público, das instituições de apoio para que melhorem o desempenho junto às crianças."

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 AS MUDANÇAS SOCIAIS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

DEWEY (1954, p. 31), introduz com propriedade este tema ao afirmar:

Educação é vida, e viver é desenvolver-se, é crescer - vida e crescimento não estão subordinados a nenhuma outra finalidade, salvo, mais vida e mais crescimento. O processo educativo é o processo de contínua reorganização, reconstrução, e transformação da vida. O hábito de aprender diretamente da própria vida, e fazer que as condições da vida sejam tais que todos aprendam no processo de viver, é o produto mais rico que pode a escola alcançar. Vida e aprendizagem são, na realidade, os dois fatos supremos do processo educativo. Vive-se aprendendo, e o que se aprende leva-nos a viver melhor. Todo o interesse humano pela educação e pela escola é, fundamentalmente, uma questão de tornar a vida melhor, mais rica e mais bela.

Quando a vida social, de geração a geração, só muito lentamente mudava, a ação educativa intencional da família e da escola não oferecia maiores dificuldades. À medida porém, que as mudanças tornaram-se mais rápidas, as coisas já não se poderiam dar do mesmo modo.

Uma questão central surgiu: de onde procedem tantas e tão variadas transformações na vida familiar, nos centros de recreação e trabalho, na vida econômica, cívica, religiosa, moral?

Existe um denominador comum, e pode ser mencionado como uma nova atitude em face da vida e do mundo, decorrente da aceitação cada vez mais ampla do "pensamento baseado na experimentação". Isto é um pensamento que cada vez mais se modela pelos resultados das ciências e suas aplicações. Esse modo de pensar exalta a confiança de cada pessoa em si mesma, em suas capacidades e possibilidades, ao mesmo tempo que, ao menos numa primeira fase de mudança, deprime os sentimentos de comunidade. Desse modo, já não variam apenas os costumes, mas o tipo mesmo de "civilização".

Aplicando a todas as formas de vida, o desenvolvimento tecnológico torna-se perturbador, ou produz efeitos de certa desorganização da vida social. A produção passa a ser feita "em massa", com o correlativo da divisão de tarefas e especialização crescente do trabalho.

Em consequência da própria expansão tecnológica, um novo fator interfere, de modo muitas vezes anárquico. É o efeito dos grandes instrumentos de difusão, como a imprensa, hoje dotada de novos recursos. A ação derivada dos grupos primários, como família que comunicavam atitudes, sentimentos e valores, e as escolas que forneciam os conhecimentos, como algumas técnicas mais simples, antes tão forte e segura, agora se dilui e de muitos modos vem a ser ameaçada. (KILLPATRICK, 1965, p. 9)

Os meios de comunicação se desenvolveram em maior escala. Os países que existiam isoladamente, começam a se relacionar cada vez mais; vivemos o fenômeno da globalização da economia mundial. KILLPATRICK (1965, p. 24), afirma que: “essa magnitude tende a esmagar o indivíduo que cada dia parece valer menos., pois o seu pensamento é elaborado por outros e o valor de sua opinião pessoal proporcionalmente diminui. Ou o homem consegue dominar a máquina, ou a máquina dominará o homem”.

Segundo o mesmo autor, dois resultados significativos das transformações apontadas anteriormente, caracterizam duas tendências muito fortes da época atual:

1. O Declínio do Autoritarismo – não se deve confundir autoritarismo com autoridade. Autoritarismo é a imposição da submissão complacente à autoridade tradicional, a aceitação incondicional da autoridade que reclama submissão a si mesma, sem outra razão senão a de sua própria existência. Quando assim exercida, a autoridade é alheia, externa ao indivíduo.

O exemplo mais ilustrativo de mudança do autoritarismo é o que vemos atualmente em relação à moral. Os pais baseavam seus ensinamentos em alicerces autoritários como “porque a Bíblia diz” ou “porque a Igreja assim ensina” ou ainda “isso não se faz” . O conceito de certo ou errado era retirado do livro, da Igreja ou da prática. Quando os filhos erravam, reconheciam que tinham agido mal e o padrão era admitido.

Ocorreu porém uma mudança, as velhas idéias já não vigoram, as discussões e condutas seguem caminhos que não são aceitos e levantam dúvidas em relação às justificativas apresentadas, desejando sempre conhecer o porque. Os tempos mudaram, é uma nova liberdade que indaga os porquês e exige uma resposta, antes de aceitar uma imposição.

Essa atitude de mudança surge em parte por evolução e pela crítica elevada, lançando dúvidas quanto à antiga forma de autoridade. O mesmo autor afirma que a moral autoritária possuía uma autoridade aparente, como que inerente à própria moral. Enquanto a tradição se mantinha unificada, era fácil dizer que os jovens estavam errados. Quando porém, surgiu a dúvida, sem que pudéssemos apelar para a tradição, fomos forçados a procurar bases mais sólidas, então começamos a tropeçar facilmente e ficamos embaraçados.

O que presenciamos não é somente uma desconfiança dos mais velhos em relação aos jovens, mas também a mocidade de hoje tem uma dúvida sobre a autoridade externa em moral, como jamais houve.

Parece portanto, que o problema consiste em fazer a “mudança da autoridade externa para a interna”, e que não se dê apenas pelo abandono da externa, sem aquisição da interna. O perigo se encontra na ausência de autoridade, o que poderia se tornar um caos moral. (KILLPATRICK, 1965, p. 32)

2. A Mudança Cada vez Mais Rápida

Qual será a principal causa da mudança de nossas condições de vida? O autor atribui ao grande número e a variedade de invenções práticas que o mundo tem visto surgir nos últimos cem anos. Em nenhum período da história viu-se fato semelhante. Foi o fluxo constante de invenções despejadas no mundo moderno que mudou as nossas condições de vida e o nosso comportamento. Essas invenções são produto do pensamento baseado na experimentação. Aumento de experimentações e invenções, significa aumento de mudanças sociais.

Se as invenções surgem com frequência cada vez maior e os nossos modos de vida também vão mudando, o nosso ponto de vista moral, precisará acompanhar essas mudanças ou a sociedade irá sofrer muito por causa disso. Nossa mentalidade e nossa compreensão moral não estão à altura das situações novas que surgem.

Auxiliar a criação e manutenção do equilíbrio social dinâmico, com o intuito de ajudar o desenvolvimento da visão moral e de sua compreensão necessária, é o maior dever de um sistema educacional eficiente. (KILLPATRICK, 1965, p. 40)

É necessário desenvolver uma mentalidade nova e criar um sistema educativo que corresponda a este novo ponto de vista, considerando o fato de que a mudança deverá ser cada vez mais crescente, caso contrário, a própria civilização estará ameaçada.

Quais os desafios novos que surgem para a educação? Apesar de que muito já tenha sido feito, ainda resta muito a ser realizado para que a escola se adapte às mudanças que vem ocorrendo na vida social.

Diante dessa situação nova de mudança crescente, não cabe mais o direito dos pais ou adultos de determinar o que os filhos devem pensar. Aqueles que se encontram hoje numa posição de autoridade, não tem o direito de controlar e sim de preparar esta nova geração para pensar por si mesma, mesmo que as convicções atuais das gerações anteriores, venham a ser rejeitadas. É necessário que os libertemos para que pensem por si mesmos, não negando assim o princípio básico da democracia que é o respeito aos outros, mesmo que seja os nossos próprios filhos.

A educação tradicional tem sido criticada no sentido de que não tem preparado a criança para a vida, considerando as mudanças sociais, pelo contrário tem ensinado coisas antiquadas e matérias meramente convencionais. É importante definir o que significa aprender. Segundo dicionário da língua portuguesa, é "tomar conhecimento de; ficar sabendo; reter na memória; instruir-se."

Segundo KILLPATRICK (1965, p. 69): "aprender é adquirir um modo de comportamento. Algo foi aprendido quando esta conduta pode realizar-se. E para que esta conduta se realize é necessário praticar o que se quer aprender. Mas não aprendemos tudo que praticamos. Só aprendemos aquilo que é bem sucedido, conseqüentemente assimilado, dentro de uma situação social real pois presume-se que vivendo é o único meio para se conseguir este fim na escola".

REIS (1978, p. 119) afirma que:

Educação é muito mais que instrução. Não é apenas ter conhecimento dos valores de uma sociedade, mas é o hábito de viver esse valor. É modificar o comportamento. Se a conduta não se altera é porque a educação não se processou. Através da instrução o homem informa-se a respeito de tudo, mas só mediante um processo hierarquicamente superior e de maior profundidade, modifica o seu comportamento. A informação recebida deixa então de ficar, por assim dizer, armazenada, potencial, e passa a influir na própria maneira de ser, sentir, pensar e agir do indivíduo”.

Segundo Reis, esse processo, mais categorizado ainda do que a instrução, é a educação. A instrução faz parte do processo educativo como condição certamente necessária, embora não suficiente. Se a instrução pressupõe conhecimentos, informações ou habilidades, a educação se fundamenta no hábito, e sendo assim, na conduta. Suscitando vivências de todos os valores e modelando todas as facetas da personalidade, a formação é inerente ao processo da educação.

DEWEY (1954), tinha razão ao afirmar que o objeto da vida não é o conhecimento. O homem não vive para saber, mas conhece para melhor viver. A educação é um meio e não um fim em si mesma.

Da experiência e da reflexão, na medida em que o hábito passa a ser um procedimento, surge a condição de cultura. O saber passa a ser cultura, quando adquire um sentido funcional, integrado espontaneamente na vida.

A cultura emana do pensar e do repensar, à luz do que se sente e do que se vive, daquilo que se prova. Não é o emaranhado dos conhecimentos, mas o resultado da sedimentação. Tem a singeleza e a naturalidade como sintomas. Porque a complicação faz supor que não houve integração à personalidade. Se houve efetivamente assimilação, o comportamento é sempre simples, porque é natural.

Sob a ação simultânea da escola e da vida, opera-se a formação cultural do homem. E para este fim é tão importante o tratado dos especialistas quanto a vivência do fato mais corriqueiro de todos os dias. Não é a erudição, mas a expressão de vida que configura a cultura. A educação como um processo que deve afetar o homem por inteiro, deve abarcar todas as dimensões da personalidade humana. Deve ser integral, abrangente, afetando o físico, o intelectual, o moral, o social, o cívico, o econômico, o político, o religioso, o estético. (REIS, 1978, p. 121)

Hoje a escola precisa se reorganizar com uma estrutura mais ampla, capaz de motivar e permitir o cultivo de valores educacionais que alcance as demais dimensões da personalidade humana. A escola do passado se contentou com um ensino muitas vezes dirigido ao intelecto de seus alunos. Por isso se confinou nas salas de aula. Mas para os compromissos de hoje isso não satisfaz mais. É necessário recorrer a outras instituições além da sala de aula, para desempenhar o novo papel que lhe é atribuído na atualidade. (REIS, 1978, p.122).

2.2 SIGNIFICAÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E O SISTEMA FAMILIAR

2.2.1 Considerações sobre a Criança:

A vida social é um complexo de crenças, costumes, instituições, idéias, linguagem, lenta e laboriosamente adquiridas e solícitamente transmitidas das mãos dos mais velhos para as dos mais novos. Sem essa permanente transmissão de valores entre a geração adulta e a geração infantil, os grupos sociais depressa retornariam às mais absolutas condições de primitivismo.” (DEWEY, 1954, 12)

A dependência da criança frente ao adulto, é uma característica social da infância que está presente, de uma forma ou de outra, nas diversas classes sociais, qualquer que seja a organização da sociedade. Este é um fato social.

A criança não tem um valor único, e não existe uma forma universalmente ideal de relação entre criança e adulto. Tratar da criança em abstrato, sem levar em consideração as diferentes condições de vida, é dissimular a significação social da infância. (KRAMER, 1987)

Segundo a autora, a concepção de criança é uma noção historicamente construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade. Assim é possível que, em uma mesma cidade existam diferentes maneiras de se considerar as crianças pequenas dependendo da classe social a qual pertencem, do grupo étnico da qual fazem parte. Boa parte das crianças pequenas brasileiras enfrentam um cotidiano bastante adverso que as conduz desde muito cedo a precárias condições de vida e ao trabalho infantil, ao abuso e exploração por parte dos adultos. Outras crianças são protegidas de todas as maneiras, recebendo de suas famílias e da sociedade em geral todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento. Essa dualidade revela a contradição e conflito de uma sociedade que não resolveu ainda as grandes desigualdades sociais presentes no cotidiano.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, v. 1, a criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com determinada cultura, em

um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, seja biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais.

Segundo o Referencial acima mencionado, as crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são muito próximas, e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes e exercem a capacidade que possuem de terem idéias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação.

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo, é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc, possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças.

As crianças refletem e gradativamente tomam consciência do mundo de diferentes maneiras em cada etapa do seu desenvolvimento. As transformações que ocorrem em seu pensamento se dão simultaneamente ao desenvolvimento da linguagem e de suas capacidades de expressão. À medida que crescem, se deparam com fenômenos, fatos e objetos do mundo; perguntam, reúnem informações, organizam

explicações e arriscam respostas; ocorrem mudanças fundamentais no seu modo de conceber a natureza e a cultura.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional, v. 1, nos primeiros dias de vida, o contato com o mundo permite à criança construir conhecimentos práticos sobre seu entorno, relacionados à sua capacidade de perceber a existência de objetos, seres, formas, cores, sons, odores, de movimentar-se nos espaços e de manipular os objetos. Experimenta expressar e comunicar seus desejos e emoções, atribuindo as primeiras significações para os elementos do mundo realizando ações cada vez coordenadas e intencionais, em constante interação com outras pessoas com quem compartilha novos conhecimentos.

Quanto menores forem as crianças, mais suas representações e noções sobre o mundo estão associadas diretamente aos objetos concretos da realidade conhecida, observada, sentida e vivenciada. O crescente domínio e uso da linguagem, assim como a capacidade de interação, possibilitam que seu contato com o mundo se amplie, sendo cada vez mais mediado por representações e por significados construídos culturalmente.

Na medida em que as experiências cotidianas são mais variadas e os critérios de agrupamento não dão mais conta de explicar as relações, as associações passam a ser revistas e reconstruídas. Nesse processo constante de reconstrução, as estruturas de pensamento das crianças sofrem mudanças significativas que repercutem na possibilidade de elas compreenderem de modo diferenciado tanto os objetos quanto a linguagem usada para representá-los.

Conforme é mencionado no Referencial Curricular, v. 2, o brincar de faz-de-conta, por sua vez, possibilita que as crianças reflitam sobre o mundo. Ao brincar, as crianças podem reconstruir elementos do mundo que as cerca com novos significados, tecer novas relações, desvincular-se dos significados imediatamente perceptíveis e materiais para atribuir-lhes novas significações, imprimir-lhes suas idéias e os conhecimentos que tem sobre si mesma, sobre as outras pessoas, sobre o mundo adulto, sobre lugares distantes e/ou conhecidos.

Na medida em que se desenvolve e sistematiza conhecimentos relativos à cultura, a criança constrói noções que favorecem mudanças no seu modo de compreender o mundo, permitindo que ocorra um processo de confrontação entre suas hipóteses e explicações com os conhecimentos culturalmente difundidos nas interações com os outros, com os objetos e fenômenos e por intermédio da atividade interna e individual.

A formação de conceitos, pela criança, não começa do concreto, do particular ou da observação direta de objetos e fenômenos da realidade, pelo contrário, a formação de conceitos, se apóia em concepções mais gerais acerca dos fenômenos, seres e objetos e, à medida que elas crescem, dirige-se à particularização.

É também por meio da possibilidade de formular suas próprias questões, buscar respostas, imaginar soluções, formular explicações, expressar suas opiniões, interpretações e concepções do mundo, confrontar seu modo de pensar com os de outras crianças e adultos, e de relacionar seus conhecimentos e idéias a contextos mais amplos, que a criança poderá construir conhecimentos cada vez mais elaborados, segundo o Referencial Curricular. Esses conhecimentos não são, proporcionados diretamente às crianças, mas resultam de um processo de construção interna compartilhada com os outros, no qual elas pensam e refletem sobre o que desejam conhecer.

Para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas nas instituições, sejam elas mais voltadas às brincadeiras ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta.

No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparecem ser. Ao brincar as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando.

A brincadeira favorece a auto-estima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais

diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constuição infantil.

Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. A fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas estes encontram-se, ainda, fragmentados. É no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, tomando consciência disto e generalizando para outras situações.

Pela oportunidade de vivenciar brincadeiras imaginativas e criadas por elas mesmas, as crianças podem acionar seus pensamentos para a resolução de problemas que lhe são importantes e significativos. Propiciando a brincadeira, portanto, cria-se um espaço no qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos.

Na Educação Infantil, brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato da criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurece também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.

A diferenciação de papéis se faz presente sobretudo no faz-de-conta, quando as crianças brincam como se fossem o pai, a mãe, o filhinho, o médico, o paciente, heróis e vilões, etc, imitando e recriando personagens observados ou imaginados nas suas vivências.

A fantasia e a imaginação são elementos fundamentais para que a criança aprenda mais sobre a relação entre as pessoas, sobre o eu e sobre o outro.

No faz-de-conta, as crianças aprendem a agir em função da imagem de uma pessoa, de um personagem, de um objeto e de situações que não estão imediatamente presentes e perceptíveis para elas no momento e que evocam emoções, sentimentos e significados vivenciados em outras circunstâncias. Brincar funciona como um cenário no qual as crianças tornam-se capazes não só de imitar a vida como também de transformá-la. Os heróis, por exemplo, lutam contra seus inimigos, mas também podem ter filhos, cozinhar e ir ao circo.

Ao brincar de faz-de-conta, as crianças buscam imitar, imaginar, representar e comunicar de uma forma específica que uma coisa pode ser outra, que uma pessoa pode ser uma personagem, que uma criança pode ser um objeto ou um animal, que um lugar "faz-de-conta" que é outro. Brincar é um espaço no qual se pode observar a coordenação das experiências prévias das crianças e aquilo que os objetos manipulados sugerem no momento presente. Pela repetição daquilo que já conhecem, utilizando a memória, atualizam seus conhecimentos, ampliando-os e transformando-os por meio da criação de uma situação imaginária nova. Brincar constitui-se, em uma atividade interna das crianças, baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade, sem ser ilusão ou mentira. Também tornam-se autoras de seus papéis, escolhendo, elaborando e colocando em prática suas fantasias e conhecimentos, sem a intervenção direta do adulto, podendo pensar e solucionar problemas livre das pressões da realidade imediata.

Segundo o Referencial Curricular Nacional, v. 2, quando as crianças utilizam a linguagem do faz-de-conta, elas enriquecem sua identidade, porque podem experimentar outras formas de ser e pensar, ampliando suas concepções sobre as coisas e pessoas ao desempenhar vários papéis sociais ou personagens. Na brincadeira, vivenciam concretamente a elaboração e negociação de regras de convivência, assim como a elaboração de um sistema de representação dos diversos sentimentos, das emoções e das construções humanas. Isso ocorre porque a motivação da brincadeira é sempre individual e depende dos recursos emocionais de cada criança que são compartilhados em situações de interação social. Por meio da

repetição de determinadas ações imaginadas que se baseiam nas polaridades presença/ausência, bom/mau, prazer/desprazer, passividade/atividade, dentro/fora, grande/pequeno, feio/bonito etc, as crianças também podem internalizar e elaborar suas emoções e sentimentos, desenvolvendo um sentido próprio de moral e justiça.

2.2.2 Considerações sobre as Relações Familiares:

A família tem passado por uma crise sem precedentes, o que é perceptível a todos, pais, filhos, educadores e indivíduos pertencentes a uma sociedade que, como macro estrutura, acaba determinando as relações familiares e influenciando-as a se tornarem incapazes de manter uma estrutura estável e íntegra.

A própria sociedade, que inicialmente deveria fomentar a formação de núcleos familiares mais profundos, é também a que fomenta a desunião, a desestabilização das relações familiares, e a desintegração de seus vínculos internos.

É na família que se inicia a formação da personalidade dos indivíduos, desde a mais tenra idade. É também na família que se inicia a disfunção relacional, afetando o desenvolvimento saudável de seus componentes e conseqüentemente sua desintegração, tendo como reflexo desse quadro, relações sociais doentias.

A família vertical perpetua o sentimento de grupo e de aconchego, do qual tanto precisa-se para a proteção contra as angústias ameaçadoras do mundo pós-moderno e para não sentir-se apenas mais um número nas multidões anônimas.

Quando tudo se torna descartável, ou receia-se não ser mais apreciado quando não se pode mais ser útil, sejam quais forem as circunstâncias da vida, só uma certeza permanece: a de ser os filhos dos pais, os pais dos filhos, o irmão(ã) dos irmãos, o tio ou a tia dos sobrinhos. (COLLANGE, 1994).

Para os especialistas em estresse, o nível de ansiedade crônica está relacionado com a ausência de um ambiente familiar tranquilizador. Este ambiente de afeto que compõe uma rede de afetos, é a base onde recarrega-se as baterias. Esta rede afetiva é constituída pela família próxima e também por amigos que adota-se e que se é

adotado, caracterizando o universo familiar afetivo. Proporciona estabilidade e confiança onde pode-se fazer as trocas, comunicar o que preocupa como aquilo que se almeja, tanto os sonhos como as derrotas. Reconhecer a importância do aspecto afetivo na vida familiar não é uma fraqueza, mas um avanço. O amor materno e paterno modifica irreversivelmente o curso de uma vida.

Segundo COLLANGE (1994), o amor ternura, solidariedade, são básicos nas famílias, e indispensáveis para o equilíbrio da vida cotidiana. Aqueles “sem família”, sejam eles “filhos de ninguém” ou tenham cortado voluntariamente os vínculos familiares, sofrem de uma perda irreparável, e esta falta persegue-os a vida inteira.

O depoimento de um pai de família, que foi criado numa instituição para crianças abandonadas, retrata essa dura realidade: “Consegui ter um casamento feliz, procuro dar aos meus filhos todo o amor que eu nunca tive, mas o fundamental sempre me falta. Nada, nem ninguém, poderá jamais consolar a criança que dentro de mim chora pelos pais que não pude amar, pelos irmãos e irmãs que talvez tenha tido, mas que nunca conhecerei.” (COLLANGE, 1994, p. 53)

Segundo a autora, uma vez que a grande família tradicional já não era necessária para assegurar a sobrevivência material dos indivíduos, uma vez que o casal nuclear podia assumir sozinho a criação dos filhos, pensou-se que os vínculos afetivos iriam desagregar-se. Mas não estávamos levando em conta que o homem não vive somente de pão, de um teto e de roupa limpa; para existir, os seres humanos precisam integrar-se à vida de outros seres humanos. A vida só se completa na relação, e o ambiente familiar constitui o mais evidente universo de relacionamento.

Antigamente, a família vertical podia até parecer uma mordaca; hoje em dia, ela leva em conta os direitos de cada um dos indivíduos que a compõem e representa uma defesa contra as dificuldades da vida, um lugar no qual cada um reencontra uma segurança afetiva feita de certezas.

Serão abordadas algumas distorções que podem ocorrer na relação familiar que compromete sua dinâmica, e posteriormente serão feitas algumas considerações em

relação aos valores que devem estar presentes na família, para uma formação saudável e equilibrada de seus componentes.

Segundo DESIDÉRIO (1982), existe um tipo de relacionamento entre o casal, que pode se estender também à família, que é submeter o outro à **dominação**, criando uma relação de **dependência** doentia. Para um bebê nos primeiros meses de vida, por exemplo, é natural que haja essa dependência (simbiose) de sua mãe, que irá atendê-lo em todas as suas necessidades básicas de sobrevivência. Mas esse estado de dependência pode tornar-se patológico quando continua exigindo a subordinação do filho, impedindo-o de crescer e adquirir autonomia.

Esta dependência dos filhos e do marido perpetua a função materna, e pode levar a uma dinâmica familiar onde existem aqueles que sempre servem, sempre dão, e aqueles que sempre são servidos e esperam receber, não partilhando das tarefas diárias, quando já possuem idade para ajudar.

Com o passar do tempo, aqueles que sempre servem, os pais, começam a criar ressentimento por não receberem também, e isto conseqüentemente gera cobrança aos filhos. O fato de sempre servirem, coloca os pais numa condição de poderem comprar atitudes de seus filhos, que por sua vez se rebelam contra os pais e seu poder, gerando um relacionamento tenso na família.

Esta atitude de superproteção pode estender-se também ao marido, que passa a ser mais um filho em vez de marido, e este por sua vez ganha mais uma mãe, em vez de uma mulher, o que favorece o fracasso do casamento.

O desenvolvimento saudável da família seria evoluir desta fase para outra mais madura e mais funcional, onde há percepção maior do outro, do seu espaço, entendendo suas próprias dificuldades como as dos outros, enfim, se perceber e perceber o outro, buscando o bem comum da família.

É importante que as famílias criem espaço para o contato, o afeto, o encontro entre seus integrantes, não se fixando apenas nos papéis que precisam desempenhar para o bom funcionamento da dinâmica familiar, o que pode gerar frustrações a todos e

os levar a buscar outros relacionamentos afetivos fora da família, para suprir suas carências.

DESIDÉRIO (1982, p. 21) comenta sobre as relações interpessoais e suas diversas fases que levam ao amadurecimento:

Nada, em nossa vida, acontece como passe de mágica; tudo é construído por nós. Os relacionamentos, e não apenas o trabalho, são nossas criações. A criatividade no amor se avalia pela maneira como cuidamos e desenvolvemos os nossos relacionamentos, como os fazemos brotar, florescer, desabrochar, melhorar ou murchar. O amor é altamente criativo; depende de nós velarmos por nós e por nossas relações. No mundo atual há um desflorestamento da vida pessoal uma aridez em relação ao amor, aos outros, ao universo em geral.

Segundo a autora, nas gerações passadas a frieza nas relações entre as pessoas era caracterizada pela ausência de contatos físicos, entre os homens e também entre homens e mulheres. Achava-se ridículo, abraçar e beijar os filhos adultos! Somente as mães e crianças pequenas tinham o direito de mostrar sinais externos de ternura.

Após os anos sessenta, valorizou-se em excesso o sexo e esqueceram que o corpo possui uma linguagem maior para exprimir ternura e amor. Existem outros contatos físicos que geram alegria e bem estar, tais como: acariciar a mão de uma pessoa idosa; apertar o corpo de uma criança pequena; segurar pelo ombro num terno abraço o filho de cabelos grisalhos; massagear o pescoço para relaxar e acalmar; compartilhar uma emoção ficando de mãos dadas; beijar com todo o coração e não só na ponta dos lábios; dar um montão de beijinhos; esfregar um ponto dolorido; esquentar as mãos de alguém com o nosso sopro...-outras maneiras de comunicar que não precisam de palavras e que tem muito mais afeto.

Segundo COLLANGE (1994, p. 54), "carinhos e afagos representam um alimento vital para o desenvolvimento físico e psicológico de todos; e a família é o lugar onde encontram a sua expressão mais natural".

Outro tema que pode comprometer a dinâmica familiar diz respeito aos **limites** individuais e sociais nas relações humanas. Estes variam conforme o grau de instrução, nível sócio econômico, grupo familiar, nacionalidade e época em que nasceu. Segundo a mesma autora, os limites, sejam pessoais, grupais ou sociais, na sociedade atual estão

se tornando cada vez mais abstratos. Quanto mais sofisticada a sociedade, mais seus limites passam de corporais para mentais e intelectuais.

Antigamente, quando um filho queria fazer alguma coisa que os pais reprovavam, bastava um deles dizer: "Você não fará isso porque eu não quero", e o assunto estava encerrado. Nos nossos dias, isto não funciona mais. Os filhos são mais bem informados, são mais questionadores. Isto tem o lado bom, pois significa que futuramente, não aceitarão qualquer coisa que lhes for imposta. Os pais no entanto, ganharam um problema a mais. Estão se conscientizando de que não basta proibir, mas é preciso justificar, com bons argumentos a proibição. Antigamente, eram os filhos que tinham de dar explicações aos pais. Hoje, ironicamente, são os pais que, na hora de colocar limites, precisam ao mesmo tempo dar as razões aos filhos.

É necessário que se estabeleça regras claras desde cedo, para evitar futuros problemas de comportamento. A falta de limites é encarada pela própria criança, como algo negativo. Para ela isto pode ser sinônimo de falta de afeto.

É comum ocorrer a discordância entre os pais, mas é preciso que ambos cheguem a um acordo antes de impor as regras a seus filhos. Caso contrário, a criança fica sem saber quem está com a razão, ou pior, pode explorar essa contradição entre os pais. O processo educacional pode ser comparado com um barco. É importante que, desde a infância, os pais remem na mesma direção. Trata-se de um desafio muitas vezes complicado, mas é essencial enfrentá-lo.

A falta de limites não causa apenas constrangimento familiar. Uma criança que burla as regras em casa e não é punida, tende a fazer o mesmo fora de casa, e as punições do mundo real, costumam ser mais severas.

Os pais convivem com o eterno desafio de impor limites aos filhos. "É um fenômeno da alternância de gerações", teoriza o psiquiatra Içami Tiba. "Os pais de hoje foram educados de forma autoritária e, com medo de repetir o erro com os próprios filhos, acabaram caindo no extremo oposto, que é a permissividade", afirma o autor.

Para DESIDÉRIO (1982), quando o adolescente descobre novos tipos de limites, de censuras, o jogo de papéis, jogos no trabalho, relações de "faz de conta", ele se

revolta tremendamente. Ele se frustra quando observa o comportamento dos pais fora do lar, completamente diferente do que no ambiente de trabalho, porque desconhece o jogo de papéis sociais. Agride os pais e a sociedade, porque não aprova suas regras e valores. É revoltado por natureza, mas é sua maneira de entrar em contato com a sociedade da qual faz parte. São exercícios para a vida adulta. Assim vão treinando papéis cada vez mais sofisticados. Quando adulto, fará as pazes com esses limites e jogos porque reconhecerá que são úteis e protegem as relações humanas.

Segundo DESIDÉRIO (1982), quanto maior a convivência com alguém, maior proximidade afetiva e conseqüentemente mais atritos frequentes, devido à invasão de limites entre as duas pessoas. É necessário desenvolver a habilidade relacional que resulta do contato que faço com minhas próprias necessidades e valores internos, e quando me coloco no lugar do outro, para conhecer os seus valores. Dependendo disso, os encontros poderão ser ou não bem sucedidos.

Esta proximidade pede constante avaliação entre os nossos limites e os do outro, pois gera conflitos, ressentimentos, que solicitam novo dimensionamento dos limites de cada um. O controle social é maior para os adolescentes e adultos do que para as crianças. À medida em que as pessoas crescem, as leis sociais tornam-se mais exigentes, colocando limites sociais. Estes são aprendidos no lar, na escola, no trabalho, em intuições, etc, através de reforços ora positivos, ora negativos, com o fim de proteger o indivíduo.

A vida em grupo é normalmente o lugar onde os limites são testados, pois apresenta dificuldades, por surgirem atritos pela invasão de privacidade. Para se defender as pessoas usam regras grupais e se relacionam de forma impessoal. No trabalho por exemplo, criam relações mais profissionais e objetivas, não dando lugar às emoções, o que são atitudes de defesa para não testarem e recolocarem seus limites pessoais e do grupo.

Segundo DESIDÉRIO (1982), para maior crescimento e enriquecimento pessoal e do grupo, é importante que haja espaço para as regras facilitadoras do contato, onde se pode falar dos conflitos surgidos nos relacionamentos, apesar das diferentes opiniões e

atitudes que cada um traz pela sua formação individual e cultural. Isso possibilita uma interação maior uns com os outros, percebendo melhor a realidade das pessoas do grupo, tomando consciência de como pensam e se abrindo para mudança do próprio comportamento.

Para melhor compreensão da estrutura familiar, é fundamental entendê-la como um tipo especial de sistema, com padrões de comportamento organizados, e que apresenta dentro deste sistema, vários outros sub-sistemas que se interagem, e cujas partes influenciam uma a outra, passando inevitavelmente por períodos de estabilidade e mudança. O indivíduo é a menor parte deste sistema,- uma unidade separada, mas ao mesmo tempo uma peça do todo.

É necessário ao se trabalhar com pessoas, não focar apenas a história e a dinâmica individual, mas vê-la dentro do contexto familiar e de sua rede social mais ampla.

Segundo MINUCHIN (1999), todas as famílias passam por períodos de transição, e acontecimentos surgem modificando a realidade da família. Em qualquer alteração das circunstâncias em que a família está vivendo, assim como em outros sistemas, ela enfrenta um período de desorganização. Os padrões até então existentes na dinâmica familiar, agora não são mais adequados, e ainda não conhecem novas maneiras de ser família, o que leva a passar por um processo de tentativa e erro, em busca do equilíbrio entre aquilo que lhe serviam anteriormente e o desafio da nova situação. Frequentemente este processo é muito doloroso e gera tensão e insegurança. As famílias às vezes se fragmentam porque não conseguem encontrar uma saída para os conflitos.

Para o autor, a família está inserida na macro estrutura social, e se esta matriz familiar passa por transformações, certamente a estrutura social também se modificará. A reflexão e a reorganização familiar trará mudanças de padrões e maior liberdade na micro estrutura familiar, e como decorrência se alastrarão para a macro estrutura social.

BOTH (1976), afirma:

Os agrupamentos e órgãos são formados pela reunião das células sociais que são os indivíduos; todo indivíduo pertence por nascimento a um agrupamento chamado família. Em cada família, interagem várias células portadoras de conteúdos individuais e, ao mesmo tempo, transmissoras de regras sociais aprendidas. Durante a interação entre as células sociais na família, ocorrem conflitos decorrentes dos objetivos íntimos e das interpretações culturais aprendidas individualmente.

A interação dos indivíduos numa família é extremamente rica, pois que o pessoal, o social e o cultural se chegam e se chocam de forma violenta. Talvez por isso, em família, trocamos e vivemos as emoções mais fortes, os desentendimentos mais sofridos, os maiores problemas emocionais. É na família que os indivíduos renovam, às vezes com contentamento e outras com tristeza, as próprias concepções de ser, de interação, de amor, de raiva, de ódio, de pena, etc.

Não apenas no âmbito familiar, mas em outros tipos de agrupamento social, conviver implica em adaptações frequentes do próprio referencial. Embora se tenha uma certa constância nas atitudes, todos passam por mudanças com o tempo, à medida em que adquire experiências.

Para DESIDÉRIO (1982), quando se comunica, independente de quem são os contatos, irá transparecer as diferenças individuais, resultantes das elaborações de conceitos, normas sociais, características pessoais, de valores internos e valores sociais adquiridos.

Em um relacionamento problemático irá se instalar a dificuldade de apreender os referenciais do outro e assegurar os próprios. Em fases como a adolescência, ou quando se tem filhos excepcionais, ou então na fase da terceira idade, surgem distúrbios na homeostase familiar, o que obriga os familiares a se amoldarem a este novo referencial. Isso gera raiva naqueles que se sentem forçados a mudarem, surgindo um clima de violência e afetando o equilíbrio da família.

Segundo a autora, a definição dos papéis é fundamental para o contato entre as pessoas. Quanto mais definidos os papéis, menor será a dificuldade de contato entre duas ou mais pessoas. Quanto mais indefinidos, maiores serão as expectativas e ansiedades. Na família atual, os papéis paterno e materno estão mudando, o que provoca alteração na estrutura da família, como também o tipo de contato entre pais e filhos.

À medida em que os filhos crescem vão recebendo influências de outras pessoas fora do âmbito da família, que os tornam agentes transformadores da estrutura familiar, que até então era inflexível. É necessário que ambas as partes estejam abertas à mudança, que haja flexibilidade, e comunicação explícita envolvendo todas as áreas do relacionamento. O silêncio gera apenas disfunção nos relacionamentos, pois fica-se alimentando expectativas em relação uns aos outros.

DESIDÉRIO (1982, p.133), afirma que:

Para que haja um contato real entre pais e filhos, é preciso despojar-se daquilo que aprendeu, que muitas vezes nos condiciona e nos impede de ter um relacionamento autêntico, e estar aberto a nós mesmos e aos conteúdos novos. É inerente ao ser humano a necessidade de se relacionar; nos complementamos através dos outros, possibilitamos nossas trocas afetivas e treinamos a nossa sociabilidade. Os homens são seres que se amam, se odeiam, se invejam, se atraem; esse movimento é constante e diário e todos estamos sujeitos a ele. É necessário, portanto, conscientizá-lo para senti-lo e percebê-lo. Essa consciência nos conduz de volta a nós mesmos, ponderando e avaliando o que ocorre fora e dentro de nós. Efetivamente, seremos indivíduos inteiros e socializados se conseguirmos transcender a sociedade e o próprio ser.

Para SCHMIDT (1965, p. 94), “a evolução brusca do conceito de autoridade paterna gera desequilíbrio na organização do lar. A idéia da democratização do lar, decorrente dessa evolução, encontra sérias reações. É uma tarefa complexa para a qual os pais não se sentem equipados. Foram educados no regime da ditadura; deles só foi exigida a aprendizagem da obediência. Como treinar outros para a autonomia, solidariedade, cooperação e comunicação?”

SCHMIDT (1965, p.107), faz também menção de que:

A industrialização e a urbanização dos nossos dias afrouxam os laços familiares. O trabalho das mães fora do lar, as responsabilidades precoces dos filhos; a escola que se apossa da criança, do adolescente; os meios de difusão de massas, todos esses fatores expõem o educando, desde o berço, aos impactos mais contraditórios da nossa cultura. Assim a força integradora do lar vem recebendo um golpe atrás do outro. A família já não consegue mais filtrar e interpretar idéias, atitudes e sentimentos correntes para uma apresentação aos filhos, que leve à unidade e não à confusão mental. Consequentemente, instala-se a dificuldade para os jovens, de elaborar uma escala de valores e um plano de vida baseados em ideais precisos e significativos.

Diante da perspectiva social do educando, segundo Carvalho, a família é uma instituição importante para toda e qualquer sociedade, tendo em vista que é onde se dá a transmissão da cultura para seus novos membros, portanto a transmissão dos

conhecimentos, dos padrões de sociabilidade, de comportamentos, costumes, valores, etc. Desta forma é através da vida familiar que a sociedade tem em grande parte garantida a sua reprodução.

O conhecimento pode gerar desequilíbrio, mas ao mesmo tempo enriquece o nível de conhecimento familiar, apesar de alterá-lo. Isto decorre do fato de que a pessoa que se desenvolve em alguma área, transmitirá essa evolução para aqueles que a cercam.

Segundo DESIDÉRIO (1982), dependendo da cultura familiar, esse novo conhecimento pode gerar medo de transformações, e os seus membros irão reter tudo que é novo e modificador, desencadeando uma resistência para impedir o desenvolvimento.

Para a autora, o crescimento do indivíduo e conseqüentemente dos seus mais próximos, é o reflexo natural do conhecimento adquirido, o qual possibilita a transformação do próprio indivíduo e interfere nas suas relações. A vida oferece diversos ensinamentos e conhecimentos com os quais podemos reformular nossa existência e promovermos a transformação de outras pessoas. Pessoas rígidas possuem a necessidade de controlarem, reterem, e terem poder, o que bloqueia o desenvolvimento de si mesmo e dos outros, impedindo também as evoluções sociais.

Conforme sustenta DESIDÉRIO (1982), através dos meios de comunicação, cada membro da família, é bombardeado com informações que são rapidamente veiculadas, mas que demoram um pouco mais de tempo até serem completamente elaboradas por cada um, gerando mudanças de comportamentos e alterações na dinâmica familiar, daí a necessidade de se estar em constante diálogo. Assim as pessoas estão em frequentes mudanças. Os filhos também cumprem a função de trazer inovações e provocar as mudanças nos pais, que se readaptam para atender convenientemente às demandas dos filhos.

Um exemplo típico dos dias atuais, e que se vê em todas as famílias, é o fato de assistirem juntos televisão, se expondo às influências da sociedade de forma passiva.

É também rotina normal as pessoas se esbarrarem uma nas outras, sem falarem sobre si; sem ouvirem, verem e assimilarem o que a sociedade tem a transmitir.

Existe um mecanismo natural de proteger as relações familiares, mantendo uma irrealidade, uma ficção, e ao surgirem divergências e diferenças de formação, haverá um choque cultural acarretando uma crise afetiva, conforme afirma Desidério. As pessoas que compõe uma família passam por transformações e mudanças de comportamento decorrente das interações que realizam fora da família, seja no trabalho, escola, lazer, etc. Isso pode gerar tensões constantes na família, se não existir uma predisposição para refletir sobre suas próprias modificações e aceitar as modificações dos outros.

Esta troca de experiência implica em viver as suas emoções e entrar em contato com as emoções dos outros, requer aceitação de si e dos outros, é dar e receber, é abrir mão de suas próprias prerrogativas em função dos outros, é se desarmar, baixar a guarda, para perceber além de si mesmo, pois cada um na relação familiar, é portador de inúmeras informações referentes às diversas áreas da sociedade, que são trazidas para o seio da família, elaboradas e trabalhadas com o fim de renovar constantemente a cultura familiar da qual faz parte.

Segundo a autora, o indivíduo está em constante mudança e mudará sempre. Após o encontro com os outros, ele adquire informações, sejam elas intelectuais, afetivas, interacionais. O afeto que se troca entre as pessoas, é fonte de mudança, sempre que há autenticidade; e poder aceitar a mudança dos familiares é fonte de crescimento pessoal e familiar.

Enfim, nossas relações são sujeitas a mudanças contínuas e para se elaborar essas informações internas, familiares e sociais, nada melhor que o diálogo entre pais e filhos, entre pai e mãe, entre os irmãos, enfim na família como um todo. Somente desta maneira poderá restabelecer o equilíbrio familiar.

O diálogo não apenas verbal, mas através do reconhecimento e aceitação das próprias mudanças e as dos outros, concorrerá para uma reorganização constante da dinâmica e conseqüentemente do equilíbrio familiar.

Na família há uma variação grande nos limites de cada um, devido à passagem do tempo e a adaptação aos novos padrões e expectativas sociais. Mudanças inerentes ao ciclo da vida, filhos crescem, pais amadurecem, envelhecem, ambos mudam. Para que haja harmonia nas relações é necessário flexibilidade entre pais e filhos.

Uma realidade que expressa bem as mudanças no ciclo vital, é o período da adolescência, em que os filhos não conseguem aceitar alguém pensando diferente deles e se recusam a reconhecer a razão dos seus pais em certos assuntos; muitas vezes ao rotular os pais de rígidos, fica evidente que a rigidez provém de dentro deles próprios. Alguns pais, no entanto, possuem dificuldade para aceitar a mudança de seus filhos, e continuam tratando-os como crianças.

Para a mesma autora, a sociedade também impõe regras institucionais que impedem o acesso à pessoa e à família. Como exemplo temos os meios de comunicação que invadem os lares, dando informações ora úteis, ora nocivas, apresenta modelos de pseudo famílias que na realidade não existem, mas que acabam sendo imitados para se sentirem aceitos socialmente. A característica de personalidade de cada pessoa irá determinar de que forma enfrentará a força dos meios de comunicação. Todos vivemos diariamente um impasse que gera uma luta entre o eu pessoal e o eu social, o que pode constituir numa crise existencial em que qualquer opção se torna difícil.

Atualmente há uma resistência em constatar mudanças de limites, fugindo-se do contato real, dos envolvimento e questionamentos que levam as pessoas a pensarem em si mesmas, nos outros e em seus relacionamentos, e por medo da intensidade das emoções buscam se protegerem.

É interessante compreender um pouco melhor a dinâmica que se estabelece dentro e fora das pessoas, no que diz respeito a estes conflitos e resistências que se apresentam no cotidiano. Conforme afirmações de DESIDÉRIO (1982), existem dois campos de tensão: o ambiente externo caracterizado pelo contexto social em que se está inserido, e o ambiente interno, o pessoal, o psíquico que apresenta-se tenso devido às questões conflitantes.

Quando se vive uma situação em que o campo apresenta tensões, é importante que se saiba identificar a origem das tensões, se externa ou interna. Com frequência projeta-se os conflitos e imagina-se que as dificuldades estão surgindo do meio externo, enquanto na realidade, não passam de projeções do campo interno. Caso isso ocorra, os relacionamentos se tornam irrealis, fictícios, pois projeta-se sobre os outros, conteúdos próprios.

A autora reafirma que a expressão não verbal é um elemento a mais que se deve desenvolver nas relações interpessoais. Esta capacidade não verbal é medida através da percepção e sensibilidade. As pessoas serão mais capazes de perceber o código não verbal, quanto mais desenvolverem a sensibilidade. Existe um mundo desconhecido que envolve o corpo, movimento e comunicação corporal, e neste universo circula o mundo da afetividade e das emoções. A linguagem corporal e atitudinal são mais verdadeiras porque mais espontâneas e menos sujeitas ao crivo da racionalidade.

Durante a convivência familiar, os conteúdos afetivos e emocionais estão muito mais presentes do que os cognitivos. Este campo do convívio familiar é um campo experimental onde pais e filhos testam sua capacidade relacional, e se reformulam, reavaliam sucessivamente levando a redefinições pessoais que enriquecem e amadurecem o ser humano, segundo afirmação da autora.

Uma realidade muito comum em nossos dias, segundo DESIDÉRIO (1982), é a fuga deste confronto constante no âmbito familiar, evadindo-se para outros espaços sociais, como trabalho, estudo, conforto. É próprio do ser humano aliviar seu sofrimento, mas no entanto ele faz parte da vida, é cíclico e também é oportunidade para crescer.

No ciclo da vida, a crise exerce um papel de desorganizar, para então reorganizar e efetuar o crescimento. Este processo no entanto é doloroso e torna a todos, eternos aprendizes, pois tudo se modifica e se transforma a todo instante. Olhar de frente esta realidade torna as pessoas mais inteiras, integradas e mais humanas, conforme afirma apropriadamente a autora.

As exigências sociais também podem se tornar fatores de integração ou desintegração das pessoas. Se as exigências são muito fortes e o ego encontra-se fraco, gera desintegração e doenças. Se acrescentam informações que podem ser utilizadas de forma produtiva, contribui para a integração.

As escolas e as famílias poderiam constituir o espaço para reflexão sobre como aceitar e utilizar os padrões sociais, tornando-se pontes entre as pessoas, a sociedade, as regras existentes e as leis internas, para uma melhor compreensão de quem são, de onde vieram, para onde irão, evitando-se o domínio interno dos padrões da sociedade que os tornam máquinas ao invés de pessoas humanas.

2.3 EDUCAR PARA O BEM SOCIAL

2.3.1 Novo Desafio

Ao introduzir este capítulo, nada mais apropriado citar um texto de REIS (1978, p.147, 199, 200), que reflete questões significativas:]

A escola é uma instituição social conservadora, na medida em que lhe cabe transmitir o patrimônio cultural, de geração para geração. Mas carrega em suas entranhas o germe da sua renovação pois está incumbida de suscitar a criatividade, respondendo às necessidades de inovação e reforma... é demasiada pretensão pensarmos que as coisas estão começando conosco e que, antes de nós, não havia nada, e que, somos nós os predestinados para realizar o de que nossos antecessores não foram capazes. Nossa função é continuar mudando...sem desprezo ao passado e sem submissão a ele, livres para propor, conseguir e fazer tudo quanto possa trazer o bem, o bom, o belo. Apesar de eminentemente conservadora, recorrendo continuamente ao passado a fim de cumprir sua missão de transmissora de herança cultural, a educação carrega no recesso de suas entranhas, o gérmen da sua própria transformação. Ao espicaçar o espírito inventivo e propiciar as bases e instrumentos para dar à luz o que é novo, a educação lança os alicerces do futuro e se projeta sobre o amanhã."

Segundo REIS (1978), a escola é uma instituição criada com a função específica de educar. No entanto não é monopolizadora das influências que exercem ação educativa. Na escola ou fora dela a educação se desenvolve sob a forma de contágio, pelo exemplo nas interações sociais.

A escola é o lugar onde o passado, o presente e o futuro se encontram. A nossa responsabilidade com o passado, não nos isenta da que temos com o presente e também com o futuro. O processo educativo é ao mesmo tempo inovador e conservador, pois se incumbe de transmitir a herança cultural às gerações atuais, de um patrimônio cultural adquirido pelas gerações anteriores, entrelaçando-se assim passado, presente e futuro.

REIS (1978), menciona em seu livro uma lenda popular, que dizia haver uma tradicional festa numa aldeia longínqua, onde todos tinham o costume de contribuir com uma cota de vinho, ao menos uma garrafa, segundo a possibilidade de cada um. Para evitar confrontos e constrangimentos cada qual se dirigia, no silêncio da noite, anonimamente aos grandes tonéis colocados em praça pública, ali depositando, sem alarde, a sua contribuição em vinho. E, segundo se conta, um dos moradores, por sovínice, preguiça ou comodidade, não levou sua contribuição, raciocinando consigo mesmo: por que hei de ter o trabalho de levar a minha garrafa de vinho ao depósito, na

praça, se uma garrafa de vinho não vai fazer falta nenhuma por causa da contribuição dos outros todos?... Mas tendo acontecido, que todos os outros moradores da ladeia raciocinaram, por coincidência, da mesma maneira, partindo da mesma conclusão de que a sua garrafa não fazia falta, o que se verificou na manhã seguinte foi que os tonéis estavam vazios e não houve vinho algum para fazer a festa...

Depende-se constantemente da responsabilidade dos outros, espera-se que estes façam sem falhar, o que devem fazer. O mesmo no entanto, deverá ser válido por parte dos outros em relação a todos, pois o resultado será a soma da colaboração de cada um.

Deixar de lado o desempenho de um dever, por pequeno que seja, é abrir o caminho para negligenciar os grandes, dizia Madame Necker.

Em “Terra dos Homens”, diz Saint-Exupéry: “Ser homem é, precisamente, ser responsável. É experimentar vergonha em face de uma miséria que não parece depender de si. É ter orgulho de uma vitória dos companheiros. É sentir, colocando a sua pedra, que contribui para construir o mundo.”

Dentro deste mesmo contexto é apropriado mencionar o texto de FREIRE (1983), que desafia a buscar-se iniciativas criativas, estabelecendo relações com o mundo que nos cerca, com o fim de criar cultura e fazer história:

Na medida em que o homem, integrando-se nas condições de seu contexto de vida, reflete sobre elas e leva respostas aos desafios que se lhe apresentam, cria cultura. A partir das relações que estabelece com seu mundo, o homem, criando, recriando, dinamiza este mundo. Contribui com algo do qual ele é autor...por este fato cria cultura. Cultura é todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com outros homens. Neste sentido é lícito dizer que o homem se cultiva e cria a cultura no ato de estabelecer relações, no ato de responder aos desafios que lhe apresenta a natureza, como também, ao mesmo tempo, de criticar, de incorporar a seu próprio ser e de traduzir por uma ação criadora a aquisição da experiência humana feita por aqueles que o rodeiam ou que o precederam. O homem não só é criador de cultura, ele é também “fazedor” da história. Na medida em que o ser humano cria e decide, as épocas vão se formando e reformando. A história não é outra coisa que as respostas dadas pelas pessoas à natureza, aos demais, às estruturas sociais. Não é outra coisa que a procura do homem, de ser mais e mais humano, respondendo e relacionando-se. A história não é mais que uma cadeia contínua de épocas caracterizadas, cada uma delas, pelas aspirações, necessidades, valores e “temas” em processo de realização. Na medida em que o homem chega a descobrir e reconhecer, a “captar” estes temas, estas aspirações e as tarefas que supõe sua realização, nessa mesma medida o homem participa de sua época. *Um homem faz história quando, ao surgirem os novos temas, ao se buscarem valores inéditos, o homem sugere uma nova formulação, uma mudança na maneira de atuar, nas atitudes e nos comportamentos...para fazer a história, o homem tem de haver captado os temas de sua época. Do contrário, a história o arrasta, em lugar de ele fazê-la.*”

DEWEY (1954) complementa de forma muito rica, que o objetivo da educação é continuar a enriquecer o processo da vida por melhores pensamentos e ações. Portanto, a educação, está na vida e para a vida. Seu objetivo é o único que se adapta a um mundo em desenvolvimento.

Para KILLPATRICK (1965, p. 92), “a educação deve ter como meta, desde que se aceite a realidade de um mundo em mudanças aceleradas, um tipo de indivíduo capaz de pensar e decidir por si próprio, pensar livremente, sem preconceitos, de decidir de forma altruísta, preferindo o bem social a qualquer vantagem ou bem individual.”

A função social da escola avulta nos nossos tempos. Nas grandes cidades, que a industrialização faz surgir, a ação educativa na família declina, entre outras razões, pelo trabalho feminino fora do lar e sua participação competitiva no mercado de trabalho.

Até que ponto, e com que recursos as instituições escolares poderão atender a essas novas necessidades? Não se poderá negar que os educadores de hoje tem de considerar novos princípios de ação, ou uma nova filosofia, como novas formas de trabalho, ou uma nova metodologia. Se assim não fizerem, seus esforços perderão muito de seu valor, ou se tornarão inteiramente vãos.

KRAMER (1987, p.47), assegura que “o trabalho pedagógico desenvolvido na pré-escola deveria, pois, partir daquilo que a criança conhece e domina, não dos conteúdos e habilidades que lhe faltam: partir do que ela é, e não do que ela não é. A escola lhe daria os instrumentos básicos necessários para que a criança adquirisse a cultura padrão, dominante, mas de forma crítica, ou seja, possibilitando a sua compreensão do mundo e da realidade em que vive, da sociedade e da sua própria inserção na classe social a que pertence”. KRAMER (1987, p. 118), prossegue afirmando que:

(...)São essenciais estudos de caracterização das crianças brasileiras “concretas”, identificando seus diferentes modos de vida e suas relações com família, comunidade e escola. Estes trabalhos permitirão encontrar as especificidades dos diferentes tipos de população infantil, de acordo com a realidade em que estão inseridas, evitando as generalizações que se pautam numa natureza infantil única e uniforme... é preciso que a ação pedagógica se diversifique e leve

em consideração as condições reais de vida das crianças, procurando garantir que elas aprendam verdadeiramente, acreditando nas suas possibilidades de consegui-lo.

A posição que se propõe aqui, pela autora, coerentemente com o quadro teórico, é a de que os programas pré escolares tomem a cultura de origem da criança como ponto de partida do trabalho pedagógico, visando proporcionar, gradativamente, a instrumentalização necessária para que essa criança adquira o saber dominante. Segundo KRAMER (1987, p. 111):

Tal proposta impediria por um lado anulação das características culturais básicas do contexto em que a criança vive, o que ocorre quando são implantados programas nacionais uniformes. Por outro lado, afastaria a aderência à realidade local que não favorece o acesso à cultura dominante, consequência dos programas que procuram, tão somente, atender às "necessidades básicas das comunidades." Essa discussão traz à tona a questão do papel que pode desempenhar a educação pré escolar e exige uma redefinição das diversas práticas que podem ser desenvolvidas no interior das pré - escolas. Destaca-se sobretudo, a importância que assumem as atividades que exploram a linguagem e aquelas que preparam a alfabetização, vistas ambas como processo que possibilitam a codificação prática e a compreensão da realidade, e não como meros mecanismos de repetição e treinamento de códigos impostos.

Não se reconhece que a precariedade nos três planos (saúde, assistência, educação) seja resultado da estrutura social e do modelo econômico brasileiro, determinante das condições de vida das famílias, segundo a autora. Apesar de ser consequência, a situação da infância é apontada como causa, e se divulga a idéia de que através do seu atendimento será promovida a mudança social. Portanto, o problema continua sendo identificado na criança ou na sua família, nunca na sociedade, muito menos na sua divisão em classes sociais e suas desigualdades.

Continuando com a análise sociológica da realidade educacional, as crianças das classes sociais dominadas (economicamente desfavorecidas, marginalizadas, de baixa renda), são consideradas como "carentes", "deficientes", "inferiores" na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido.

SNYDERS (1977, p.46), afirma que "se o fracasso escolar e a segregação resultam da divisão da sociedade em classes, há que aproveitar os aspectos positivos das desvantagens (apontadas pelos críticos), valorizando a cultura de origem da criança,

permitindo-lhe progressivamente compreender a dominação que sofre e questioná-la, instrumentalizando tal criança para atuar nessa sociedade desigual e competitiva que a torna “carente”.

Visando maior aprofundamento deste tema, CUNHA (1980), enfatiza que a educação, mais do que qualquer outro instrumento de origem humana, é a grande igualadora das condições entre os homens – o eixo de equilíbrio da máquina social. Se uma classe social possui toda a riqueza e toda a educação, enquanto o restante da sociedade é ignorante e pobre, de fato, os segundos serão dependentes e subjugados dos primeiros.

A escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, seja a dos consumidores privilegiados da vida, seja a dos produtores ou industriais; mas a serviço do indivíduo, procurando, graças ao processo de educação, habilitá-lo a participar da vida na medida e proporção dos seus valores intrínsecos.

Nesse sentido, segundo CUNHA (1980), a escola é a grande reguladora social, e seu programa inclui a correção da maior parte das iniquidades da atual ordem social e o preparo de uma nova ordem mais estável e mais justa, o que deveria ser reconhecido como função social hoje proposta às escolas públicas.

Vale mencionar, segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, v. 2, que considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania devem estar embasadas nos seguintes princípios:

- ◆ O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- ◆ O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- ◆ O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;

- ◆ A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- ◆ O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Uma outra abordagem a ser introduzida ao tema deste capítulo, é segundo Cunha, a situação de fome como fator determinante do desempenho escolar das crianças de classe de baixa renda, comparativamente muito baixo em relação às crianças das camadas média e classe dominante. Desta maneira a escola pode excluir aquelas crianças de um modo "legítimo" sem que o seu papel discriminador apareça. É o que presencia-se na formação de turmas para alunos especiais.

A cultura da classe trabalhadora, compreendendo sua fala, seus hábitos, seus valores e aspirações, é distinta da cultura da classe dominante, devido às suas diferentes condições de vida. No entanto, a classe dominante tem o poder de impor a sua cultura como sendo a cultura oficialmente aceita pelo sistema escolar como "natural" e indiscutível, e a cultura da classe trabalhadora, rejeitada como primitiva e grosseira. Agindo assim, a escola é a instituição que executa, como mandatários, o papel de discriminar as pessoas que são portadoras desta cultura, conferindo um sinal distintivo disso: o diploma. A ausência do diploma é sinal da sua "pobreza cultural", segundo o mesmo autor.

Para CUNHA (1980), os efeitos desta marginalidade cultural são tais que suas vítimas são compelidas a se imaginarem as culpadas pela sua própria marginalização, ficando, assim, escondidas as relações de dominação que a determinaram. Nesse sentido, a escola produz a incapacidade de as pessoas serem educadas.

Assim como a escola pode desempenhar o papel de mandatários de uma classe, dominante que impõe sua cultura, da mesma forma a família também poderá usar do autoritarismo que tolhe a liberdade e as diferentes formas de expressão dos filhos.

FREIRE (1983, p. 180), expressa bem esta idéia ao afirmar que:

Os lares, as escolas e universidades funcionam em grande medida, nas estruturas dominadoras, como agências formadoras de futuros "invasores". Quanto mais se desenvolvem estas relações de feição autoritária entre pais e filhos, tanto mais vão os filhos, na sua infância introjetando a autoridade paterna. Crianças deformadas num ambiente de desamor, opressivo, frustradas na sua potência, se não conseguem endereçar-se no sentido da rebelião autêntica, ou se acomodam numa demissão total do seu querer, alienados à autoridade, ou poderão vir a assumir formas de ação destrutiva. Esta influência do lar se alonga na experiência da escola. Nela os educandos cedo descobrem que, como no lar, para conquistar alguma satisfação, tem de adaptar-se aos preceitos verticalmente estabelecidos. E um destes preceitos é o não pensar.

O autoritarismo dos pais e dos mestres se desvela cada vez mais desde a infância, como antagonismo à sua liberdade, explica o autor. Cada vez mais as crianças e jovens vem se opondo às formas de ação que minimizam sua expressividade e obstaculizam sua afirmação.

Na verdade, há algo aí mais profundo do que divergências geracionais. Na sua rebelião há uma denúncia e condenação do modelo injusto da sociedade dominadora.

É interessante observar a repercussão que esta atitude pode trazer na vida futura destas pessoas. Uma vez instalado este tipo rígido de relacionamento, enfatizado pela própria escola, a tendência é repetir os padrões rígidos recebidos, que os deformaram, ao se tornarem profissionais. Porisso, ao se relacionarem com outras pessoas na sua especialidade, se colocam na posição de "transferir" ou "entregar" à elas os seus conhecimentos e técnicas. Se vêem como os promotores do povo, e lhes parece um absurdo falar da necessidade de respeitar a "visão de mundo" das pessoas.

Ainda segundo FREIRE (1983), da mesma forma isto acontece ao se definir o conteúdo programático das escolas, pois parece absurdo ouvir as pessoas da comunidade local para a sua organização. É que para eles, a "ignorância absoluta" do povo, não lhe permite outra coisa senão receber os seus ensinamentos.

Para aqueles que fazem essa descoberta, tomar consciência de que certos fracassos de sua ação não se deve à inferioridade das pessoas simples do povo, mas à violência de seus atos, é um momento muito difícil. Significa renunciar aos padrões dominadores que estão dentro deles, é uma espécie de morrer um pouco. É partir para o diálogo. Mas o medo da liberdade, segundo Freire, se instala, e durante este

processo a tendência é racionalizar este medo. Começam a perceber que se continuarem aprofundando a análise desta situação, terão que desnudar-se de seus mitos, ou então afirmá-los. Desnudar-se é uma violência contra si próprios e afirmá-los é se revelar. A defesa é transferir para outros, como meio de fuga.

No entanto, estes profissionais são necessários para a reorganização da sociedade, não apenas freando os que pretendem continuar negando o potencial humano, mas convidando e se unindo a todos que queiram participar da reconstrução da sociedade.

Para FREIRE (1983, p. 182), “desenvolvendo a prática do diálogo permanente, num esforço sério e profundo, através de uma práxis verdadeira, pode-se educar com a finalidade de superar o estado de objeto, e assumir o de sujeito da História”.

2.3.2 Os Valores no Contexto da Educação

Um dos desafios da educação está na manutenção de valores que resistam às transformações que ocorrerão numa sociedade em constante e rápidas mudanças.

Existem valores absolutos, que são inerentes à natureza humana, encontrados em todos os tempos e povos. Esses valores universais estão presentes em todas as formas de expressão culturais, sejam elas através das histórias, romances escritos, cinema, teatro, concepções religiosas, etc. As pessoas os confirmam e apoiam estes valores tais como a dignidade, o respeito, a justiça, a lealdade, a solidariedade, a responsabilidade, a confiabilidade, a fé, a arte, a transparência, etc.

REIS (1978, p. 1125,126), refere-se ao objetivo mais profundo da educação, ao afirmar que:

A criatura humana carrega em si uma potencialidade muito grande de valores que esperam uma oportunidade para se desenvolver e frutificar. Não só no sentido da realização pessoal, mas com a possibilidade de frutificarem em favor do bem comum. Limitando-se à sala de aula, muito mais dificilmente a escola encontrará ocasião e condições para ensejar o desenvolvimento dessas potencialidades...as demais instituições escolares que podem completar a ação educativa da sala de aula, concorrerão com ela para completar o impostergável cultivo dos valores que permitirão ao educando a educação integral”.

Segundo o mesmo autor, considerando a educação mais do que informação, e o procedimento, a atitude mais do que conhecimento, e de que a educação deve ser integral, envolvendo as várias dimensões da personalidade humana, necessário se faz o cultivo prioritário de valores permanentes e invariáveis.

Dentre esses valores, a *responsabilidade* merece ênfase especial. Educando para a responsabilidade, estaremos atendendo às necessidades básicas, comunitárias, sociais e morais, além de criar condições para a realização pessoal, que sendo consequente e útil, possui maior possibilidade de ser feliz. A vida comunitária tem como alicerce a responsabilidade de todos. E para que seja de todos é preciso ser de cada um.

Se observarmos à nossa volta, veremos que o mundo se baseia na confiança. Esta, eliminada de nosso cotidiano, a tendência seria o caos. Nós confiamos no senso de responsabilidade de cada um e de todos. Não há outra alternativa para a vida em comum. Daí, a necessidade de cultivar sempre, o valor social e moral da responsabilidade, esteio da convivência entre os homens, para que a confiança, que é espontânea e generalizada, se justifique sempre e não desapareça nunca.

REIS (1978), refere-se a esta realidade social ao deixar claro o sentido de responsabilidade que deve estar presente em todo o processo da educação porque em última análise é a base da convivência dos homens na sociedade. É indiscutível que o sentido social da vida implica na necessidade de desenvolver no educando o valor educativo que é a responsabilidade, pois tudo o que fazemos pode afetar, em maior ou menor grau, direta ou indiretamente, o nosso semelhante.

Com a mesma ênfase na educação integral, além da responsabilidade, do valor do trabalho e a cooperação em equipe, a solidariedade e o amor cristão, responsabiliza a pessoa perante o seu semelhante. A própria vivência do cristianismo como a prática do amor ao próximo como a si mesmo, pressupõe responsabilidade. Naquilo que é a essência do cristianismo, que é o amor cristão, inclui o sentido da responsabilidade, tendo em vista o que lhe cabe fazer ou deixar de fazer, não pensando em si próprio, mas

em dar de si algo em favor do próximo, o que afirmou REIS (1978) acertivamente ao dizer que “ser cristão é acima de tudo ser responsável”.

Segundo o mesmo autor, duas forças antagônicas se enfrentam no ser humano. O egoísmo e o altruísmo. O egoísmo é natural na criatura humana. Nunca foi necessário estimular o egoísmo para que os homens pensassem em si mesmo e agissem em função de seus interesses e conveniências. O mandamento necessário foi o do amor ao próximo. A pregação de milênios continua sendo a mesma: pensa também no teu irmão. Ocupar-se e preocupar-se exclusivamente consigo mesmo é eximir-se da responsabilidade. Amor é pensar, sentir e agir em função também do interesse do próximo. Mais do que a obstinada busca do ideal, do que o permanente serviço ao bem comum, responsabilidade é amor.

Esta atitude de amor tem como pano de fundo outra virtude que é a humildade, a qual FREIRE (1983), se refere como condição para o diálogo na relação educador-educando.

Segundo o autor, na concepção “bancária” da educação, em que são oferecidos aos educandos, depósitos para que sejam guardados e arquivados, os que se julgam sábios fazem doações àqueles que julgam nada saber. Os educadores assumem a postura de “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos estes desconectados da realidade e vazios de significação. O educador finalmente é o “sujeito do processo” e os educandos meros objetos.

Primeiramente é preciso humildade para que haja diálogo, segundo FREIRE. Diálogo não é um ato arrogante. Se um deles perde a humildade, o diálogo se rompe. Se vejo sempre a ignorância no outro nunca em mim, como posso dialogar? O mesmo ocorre se me percebo como uma pessoa diferente dos outros, mais virtuosa, mais pura, dona da verdade e do saber, e menosprezo os outros, vendo-os como pessoas inferiores a mim. Se me fecho para os outros, para sua contribuição e penso que a tarefa de recriação permanente do mundo é para pessoas seletas e não para os simples, como poderei estabelecer diálogo?

Para FREIRE (1983, p. 95), “a auto-suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não tem humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo... se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que em comunhão buscam saber mais.”

Somente no diálogo, reside a capacidade de gerar o pensar crítico, e sem este pensar não existe comunicação, e sem esta não há a verdadeira educação, explica o autor.

Para todos aqueles que fazem parte desta grande tarefa educativa, trazendo consigo seus conteúdos pessoais, existe um lição social a ser aprendida: todos partilhamos de um mesmo mundo. Pequenos e grandes são companheiros numa mesma aventura. Todos devem se ajudar, sem competição mas em cooperação, ao ritmo da vida, pois a educação é mais que um caminho, é um percurso feito à medida de cada educando, e solidariamente, partilhado por todos.

MORRISH (1975), afirma que durante toda a sua carreira escolar, o educando tem de ganhar consciência de que a sociedade é aqui e agora, e não algo no futuro ou lá fora; de que a própria escola não é um elemento separado da sociedade total mas uma parte integrante dela; e de que a liberdade não é uma qualidade outorgada no final de um período de socialização, mas algo que se ganha na participação social, livre mas limitada. Segundo o mesmo autor, a escola não é simplesmente, um campo de treinamento para a vida e para a sociedade global, ela é a própria vida e existência social.

Sejam quais forem os rituais escolares, em última instância, em qualquer escola, há objetivos sociais que precisam ser observados e incluídos em seu currículo.

Será importante explorar ao máximo:

- os poderes de comunicação do indivíduo;
- estimular e ampliar as suas aptidões e capacidades para seguir a vida social e econômica da nossa sociedade;

- organizar e desenvolver de tal forma os seus poderes de crítica, que o indivíduo se encontre apto a formular juízos pessoais e a avaliar uma grande variedade de situações individuais e sociais;
- orientar para assumir responsabilidades em relação às suas aptidões e recursos, à sua inteligência e ao papel que escolheu na vida, assim como no seu papel de cidadão;
- aprender a aceitar a autoridade social, bem como, às vezes contestá-la;
- ser instruído para cooperar com outros, e compartilhar da carga de trabalho, dentro de uma situação de grupo;
- ser encorajado a desenvolver valores que pertencem a si próprio, visto que os analisou, discutiu e finalmente absorveu.
- Ser capaz de descobrir que está apenas começando a aprender como aprender; que está sendo educado para uma vida inteira de educação, para o seu próprio desenvolvimento, para decidir o rumo da sua própria existência.

É importante para o desenvolvimento da identidade e para a conquista da autonomia da criança, saber o que é estável e o que é circunstancial em sua pessoa, conhecer suas características e potencialidades e reconhecer seus limites.

A autonomia, definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a do outro, é, nesta faixa etária que compreende a educação infantil, um princípio das ações educativas. Conceber uma educação em direção à autonomia, significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimentos, e, dentro de suas possibilidades, interferir no meio em que vivem.

Exercitando o autogoverno em questões situadas no plano das ações concretas, poderão gradualmente fazê-lo no plano das idéias e dos valores.

A capacidade das crianças de terem confiança em si próprias e o fato de sentirem-se aceitas, ouvidas, cuidadas e amadas, oferecem segurança para a formação

pessoal e social. A possibilidade de desde muito cedo efetuarem escolhas e assumirem pequenas responsabilidades, favorece o desenvolvimento da auto – estima, o que é essencial para que as crianças se sintam confiantes e felizes.

O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente ligados aos processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias.

Isto pode ocorrer nas instituições de educação infantil que se constituem, por excelência, em espaços de socialização, pois propiciam o contato com adultos e crianças de várias origens socioculturais, de diferentes religiões, etnias, costumes, hábitos e valores, fazendo dessa diversidade um campo privilegiado da experiência educativa.

O trabalho educativo pode, assim, criar condições para as crianças conhecerem, descobrirem e ressignificarem novos sentimentos, valores, idéias, costumes e papéis sociais.

A instituição de educação infantil é um dos espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas.

2.3.3 Interação Professor – Aluno

HOYLE (1975) observa que o professor é “o intermediário entre o mundo real e o mundo ideal”, e os mesmos são frequentemente acusados pelos seus estudantes, de fornecer quadros de situações muito irreais ou idealistas, de estar muito distantes da vida tal como é”.

Os alunos em nossa sociedade moderna, são mais variados em seus antecedentes, cultura e crenças; e este fato, por si só, implica numa diferente

preparação e formação do professor. Os alunos amadurecem mais rápido e permanecem na escola por mais tempo, implicando uma abordagem diferente.

Para o autor, os professores estão começando a operar de forma diferente; há mais ensino por equipe e mais interação entre eles próprios. O professor encontra cada vez mais dificuldades para se esconder atrás de uma especialidade. Isto acarreta mudanças nos métodos com uma ênfase cada vez maior no trabalho em grupos, desde a mais tenra idade, na Educação Infantil. Portanto, o professor deve estar preparado para realizar o papel do inovador e iniciador de sólidos progressos educativos, não apenas acompanhando as mudanças, mas sendo corajoso para analisar e criticar método e conteúdo, assim como realizar experiências com eles.

Segundo MORRISH (1975), houve época em que o professor podia dizer que sua função era transmitir conhecimentos a um determinado grupo de crianças, e informá-las sobre determinadas aptidões, atitudes e opiniões. Mas com a evolução do processo educativo em seu aspecto sociológico, deixou de ser possível sintetizar o papel do professor.

O professor goza de uma autonomia quase completa e é essa mesma autonomia que tantos acham difícil e até desnorteadora. Seu papel exige uma considerável maturidade e sentido de responsabilidade, em virtude da própria liberdade que desfruta. Se ele abusar dessa autoridade, estará pondo em risco o desenvolvimento futuro, como presente, de seus alunos. Como mediador de cultura, de informação e valores, o professor desempenha o papel de um especialista como também de formador de caráter. Empenha-se em ajudar na socialização de cada criança que fica sob sua instrução e cuidado, em formar o seu caráter e personalidade, e desenvolver seus valores e atitudes.

Como membro da sociedade, o professor pode aceitar que seu papel consiste em iniciar seus alunos na sociedade, que seu principal dever é socializá-los, e que nesse processo, isso diz respeito a uma variedade de rituais.

Segundo o mesmo autor, numa sociedade mais desenvolvida, os rituais poderão mudar em sua natureza, mas não deixarão de existir. Assim também ocorre na sala de

aula, cuja natureza está mudando rapidamente. Os rituais da escola e da sala de aula tem por finalidade tornar a convivência mais simples e fácil, e a ajudar o professor no desempenho do seu papel.

Os rituais refletem a natureza e a personalidade do professor. O que se ajusta à personalidade de um, não serve a outro. Em algum ponto de sua carreira, o professor terá de refletir sobre os seus propósitos e objetivos ao ensinar sobre os meios de que dispõe para alcançá-los.

A sua função torna-se difícil porque, simplesmente o seu trato é com personalidades humanas e com relações humanas, e porque ele é colhido numa complexa teia de relações com alunos, pais, diretores, conselheiros, inspetores e muitos outros. Mas ele também está preocupado com a transmissão de conhecimentos e cultura, assim como o desenvolvimento de um certo número de aptidões. É por isso que o seu papel pode ser interpretado de diversas maneiras; e é também por isso que o professor pode ver seu cargo numa luz muito diferente da dos seus colegas.”

(MORRISH , 1975, p. 273)

De um modo geral, uma das finalidades da educação é iniciar a criança na própria sociedade e em novas esferas e possibilidades de conhecimento, é o que afirma Morrish. A educação é, certamente para a cidadania; também é para vida de família; para a paternidade e maternidade, para o trabalho, para a compreensão dos problemas da vida. Educar para a vida em sociedade, numa família, no casamento, na cidadania, envolve, inevitavelmente, a compreensão de uma grande variedade das relações que exigem mais do que o conhecimento de alguns fatos biológicos ou econômicos. A educação para o bem social requer uma compreensão das necessidades sociais, um sentimento de responsabilidade pessoal e social e o desenvolvimento de um código de comportamento moral e social que a pessoa impõe a si própria.

REIS (1978), traz a sua contribuição dentro deste tema, ao afirmar que o professor tem deveres para com a sociedade. A Pátria, a sociedade, a família, estão no seu direito ao exigir que o professor seja bem formado, sabendo o que vai ensinar e como ensinar; seja humano, procurando compreender a criança e aceitando-a como ela

é. O professor deve tratar o aluno como criatura humana, não como um número a mais no caderno de chamada, mas como uma pessoa, com sua personalidade em desenvolvimento. O mestre deve entender que atrás da situação de cada criança, por mais estranha que seja, existe sempre uma história que, se for conhecida poderá explicar a atitude ou o procedimento. Quando uma criança se debruça sobre a carteira, mesmo que esteja sã, pode estar cansada, com sono ou com fome. Deve haver uma razão para que ela se debruce despoliticamente, e até durma, sobre a carteira da sua sala de aula. A comunidade tem o direito de esperar muito dos professores, e é por isso que lhes confia o que tem de mais precioso, a criança, o ser humano em fase de crescimento, desabrochando para a plenitude da vida.

Ao olharmos especificamente para as crianças provenientes de famílias empobrecidas, é importante o educador compreender, segundo BACKMAN, que os fatores familiares podem afetar o desempenho escolar da criança. A criança oriunda de um lar pobre, tem um escasso fundo de conhecimento básico e virtudes insuficientemente desenvolvidas para um rendimento adequado no início de sua escolaridade. Isto não significa que ela seja “estúpida”, mas que apenas não recebeu um suficiente treino, não formal em casa, nos gêneros e dotes requeridos pela escola. É imprescindível um esforço especial para corrigir essas deficiências. Uma criança nessas condições precisa de treinamento nos dotes de linguagem. Muita engenhosidade é requerida para interessá-la nas atividades escolares, que lhe são mais estranhas do que a uma criança de classe média.

Uma outra solução parcial do problema do ambiente familiar inadequado, o que não cabe apenas ao professor optar, mas também diz respeito à administração escolar, é ampliar a duração do dia escolar, incluindo períodos supervisionados para estudo individual e realização das tarefas, uma vez que a execução dos trabalhos em casa, não serão feitos, sempre que as condições em família forem desfavoráveis ou inadequadas.

Segundo BACKMAN, os pais que vivem em áreas desfavorecidas interessam-se e envolvem-se menos na educação de seus filhos. As escolas nessas áreas, deveriam

empenhar-se em programas comunitários, numa tentativa de envolver os pais nas atividades educativas. A escola deveria ser o centro de toda espécie de atividades da comunidade, na esperança de que os participantes desenvolvam maior interesse pela função primordial da escola que é a educação. Conferências frequentes entre os pais e professores devem ser realizadas, a respeito do progresso dos filhos. Nas áreas desfavorecidas, os professores ou outros representantes escolares, poderiam fazer visitas regulares às casas daqueles pais que não podem ser alcançados de outro modo.

Para cumprir as atividades corretivas sugeridas e desenvolver uma ação comunitária, as escolas que tem uma elevada proporção de crianças provenientes de lares desfavorecidos, segundo o mesmo autor, precisam contar com menor número de alunos por professor e precisam de professores experientes e capacitados.

Algumas famílias enfrentam problemas mais sérios ligados ao alcoolismo, violência familiar ou problemas de saúde e desnutrição, que comprometem sua atuação junto às crianças. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, apenas quando a sobrevivência física e mental está seriamente comprometida pela conduta familiar, ou quando a criança sofre agressão sexual, é possível pensar em uma ação mais enérgica para a interrupção imediata do comportamento agressor, admitindo-se em casos extremos, o encaminhamento de crianças para instituições especializadas longe do convívio familiar, como medida de proteção, em caráter provisório e excepcional.

No geral, as famílias que porventura tiverem dificuldades em cumprir qualquer uma de suas funções para com as crianças, deverão receber toda ajuda possível das instituições de educação infantil, da comunidade, do poder público, das instituições de apoio, para que melhorem seu desempenho junto às crianças.

Outro elemento de grande valor tendo em vista a dimensão social da educação, é o trabalho em comum. Segundo KILLPATRICK(1965), a experiência precisa ter um caráter social, caso contrário ela será pobre e escassa. Ao despejar todo o conteúdo sobre os alunos de modo rápido demais, isto poderá causar indigestão mental, aversão, ao invés de assimilação e aprendizado. Trabalhos em pequenos grupos abre

possibilidades educativas que se expandem em várias direções. As equipes de trabalho cultivam no educando, o espírito de solidariedade humana e o hábito de atuar em grupo. Abre caminho para a cooperação que é a base de todo campo profissional e de modo geral da vida social.

MORRISH (1975) afirma que o senso e a consciência da identidade com o grupo é uma das características essenciais da socialização dos alunos e dos seus sentimentos de estabilidade e solidariedade. Fornece as normas ou padrões de pensamento e comportamento a serem seguidos pelos seus membros e estabelece as atitudes, opiniões e idéias culturais que se espera que adotem. É esse sentido geral de identidade e solidariedade que pode ser usado e manipulado de diversas formas na sala de aula, ou na escola como um todo. Cada criança é motivada não apenas pelas suas próprias necessidades e impulsos básicos, mas também pelo estímulo fornecido pelos seus companheiros de equipe.

A sala de aula é, em muitos sentidos, uma reprodução artificial do conflito e das tensões da sociedade global e a criança tem de ser educada no desenvolvimento de atitudes, assim com treinada nas experiências da interação, discussão, conciliação e mediação sociais. Tudo isso requer a aceitação não só do conflito e da distância social entre grupos de alunos e o professor, mas também das possibilidades de resolução de conflito, de manutenção de respeito, mesmo discordando e tentando reparar e continuando a interação social, ainda que na presença de ameaça e punição social.

Segundo o mesmo autor, uma característica essencial na motivação da dinâmica do grupo de trabalho, é o desejo de pertencer. Todas as crianças querem pertencer. Como MASLOW sublinhou, elas querem um sentimento de segurança e apreço, mas a ambivalência do ser humano é tal que também necessita de plena satisfação no processo de auto-realização. Mas se todas as crianças querem pertencer, sentir o apreço e a aceitação de seus pares, ter um sentimento de segurança dentro do grupo, como explicar a criança que se isola? O "isolado" é uma abstração, tanto quanto o "delinquente". Os alunos são indivíduos e o isolamento de uma criança, no conflito do grupo, pode decorrer de uma grande variedade de causas. Ela pode ser naturalmente

muito introvertida, pode ser auto-suficiente; talvez seja individualista; pode estar tocando as fronteiras do autismo; ou ser uma criança de cor entre muitas brancas. O isolado não é, necessariamente, um problema, no plano psicológico ou sociológico; o seu relativo isolamento pode resultar de um profundo desejo de individuação, de uma forma que não envolve o seu grupo. Não cabe ao professor, no seu papel socializante, tentar fazer de cada aluno um extrovertido, mas, evidentemente é preciso ter conhecimento de quem é o isolado na classe, e as razões para o seu isolamento.

Também os trabalhos de MORENO receberam algo sobre o modo como os grupos são formados numa classe, quando se deixa às crianças a iniciativa de fazerem a sua própria escolha dos companheiros de grupo. Há alunos estrelas, que aglomeram à sua volta uma constelação de adeptos; há os isolados que, sendo rejeitados pelos alunos estrelas, podem ser obrigados a formar um grupo minguado e ineficaz de pessoas iguais, mas faz parte do papel do professor, manobrar as crianças para novas e mais produtivas situações.

A multiplicidade de variações e problemas sociais, segundo MORRISH (1975), é introduzida de uma forma ou outra, no contexto da sala de aula. Há crianças que sofrem de uma espécie de subnutrição lingüística no lar, o que nelas resulta levarem para a escola um código muito restrito e limitações na comunicação.

A sala de aula reflete essa homogeneidade e diversidade. Não se pode impedir o desenvolvimento de personalidades, capacidades e aptidões individuais díspares; da mesma forma os individualistas tem de aceitar a existência de normas sociais que são essenciais, para que uma sociedade seja coesa e sobreviva.

O autor afirma que algo do conflito que se experimenta no mundo externo, também é refletido na vida e atividades da classe. Seus temores, seus terrores, suas penas e agressões, encontram-se todos na literatura que é lida na aula, assim como nas relações interpessoais dos alunos. A sala de aula representa a cena social em miniatura, para que o impacto total dos seus conflitos não seja prematuramente sentido pelas crianças, mas também preservam um equilíbrio, reproduzindo a cooperação,

participação e interesse da sociedade total. Isso é feito tanto na interação do grupo como através das relações professor-aluno.

Nesta relação haverá uma variedade de personalidades dos professores, que fornecerá aos alunos um perfil de um grupo em diferente nível, como observou SHIPMAN, cada aluno não reagirá apenas ao professor como um símbolo, mas ve-lo-á também como uma pessoa, sentir-se-á atraído, repellido ou indiferente a ele. Em sua reação ao professor e na reação deste, o aluno encontrará segurança, amor, medo, autoridade, impaciência ou amizade da sociedade global.

É no dar e receber, nas concessões mútuas da experiência da sala de aula, que a personalidade da criança se desenvolve e se torna gradualmente integrada, tanto em termos de sociedade como em termos da própria criança. Nas outras crianças ela estará vendo o reflexo de si mesma, ainda que não o reconheça inteiramente. Verá o desenvolvimento e entusiasmo numa variedade de projetos e pesquisas, e o seu gradual declínio e dissolução; experimentará êxitos e fracassos, encorajamento e indiferença, recompensa e castigo.

Também compreenderá o que significa ter liberdade e responsabilidade limitadas, e em muitas escolas talvez o aluno participará ativamente em sua organização e administração. Mas todos os alunos necessitam sentir não só uma consciência de realização no presente, mas também que o que estão fazendo está ligado ao seu futuro papel na sociedade. Na luta humana pela sobrevivência não basta dizer `as crianças que, acima de tudo elas devem sentir-se felizes e tudo mais virá a seu tempo. De fato, um pouco de angústia, de infortúnio que elas possam sentir hoje através dos livros, talvez frustrar mais tarde, quando os empregos serão escassos e inevitavelmente entregues aos mais capacitados e qualificados no papel.

Embora muitos condenem a reprodução dessa luta pela sobrevivência individual na sala de aula, o fato é que as crianças que constituem a classe, já são objeto, quer positivo ou negativo, de tal luta através dos seus ambientes familiares. Elas trazem para a sala de aula, seus lares e seus pais. Se as crianças tem de sobreviverem como indivíduos, devem acima de tudo, tornarem-se elas próprias; e o processo de desligamento de seus pais, mesmo no contexto da sala de aula, pode ser uma experiência penosa.

A sala de aula, como a própria escola, é um verdadeiro espelho da sociedade, com sua hierarquia e camadas sociais, seus grupos de pares, suas anormalidades, desvios, estigmas e problemas interpessoais. A criança sob a direção e orientação dos grupos mais maduros, está aprendendo a conviver com outros e a estabelecer uma identidade social e pessoal tão saudável e normal quanto possível. Nesse processo de socialização, o professor tem um papel ativo a desempenhar, não apenas no nível de fornecimento de informações, mas também no domínio da interação pessoal com as crianças, em seus processos de aprendizagem e individuação.

A ação do professor de educação infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e a outros, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros.

A interação social em situações diversas é uma das estratégias mais importantes do professor para a promoção de aprendizagens pelas crianças. Assim, cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e auto-estima. A existência de um ambiente acolhedor, porém, não significa eliminar os conflitos, disputas e divergências presentes nas interações sociais, mas pressupõe que o professor forneça elementos afetivos e de linguagem para que as crianças aprendam a conviver, buscando as soluções mais adequadas para as situações com as quais se defrontam diariamente. As capacidades de interação, são também desenvolvidas quando as crianças podem ficar sozinhas, quando elaboram suas descobertas e sentimentos e constroem um sentido de propriedade para as ações e pensamentos já compartilhados com outras crianças e com os adultos, o que vai potencializar novas interações. Nas situações de troca, podem desenvolver os conhecimentos e recursos de que dispõem, confrontando-os e reformulando-os.

os adultos, o que vai potencializar novas interações. Nas situações de troca, podem desenvolver os conhecimentos e recursos de que dispõem, confrontando-os e reformulando-os.

Cabe também ao professor, a tarefa de individualizar as situações de aprendizagens oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens sócio-culturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, às demandas do grupo e às individualidades de cada criança.

Considerar que as crianças são diferentes entre si, implica propiciar uma educação baseada em condições de aprendizagem que respeitem suas necessidades e ritmos individuais, visando a ampliar e a enriquecer as capacidades de cada criança, considerando-as como pessoas singulares e com características próprias. Individualizar a educação infantil, ao contrário do que se poderia supor, não é marcar e estigmatizar as crianças pelo que diferem, mas levar em conta suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural.

O processo que permite a construção de aprendizagens significativas pelas crianças requer uma intensa atividade interna por parte delas. Nessa atividade, as crianças podem estabelecer relações entre novos conteúdos e os conhecimentos prévios, matizá-los, ampliá-los ou diferenciá-los em função de novas informações, capacitando-as a realizar novas aprendizagens, tornando-as significativas.

É portanto função do professor considera, como ponto de partida para sua ação educativa, os conhecimentos que as crianças possuem, advindos das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas. Detectar os conhecimentos prévios das crianças não é uma tarefa fácil. Implica que o professor estabeleça estratégias didáticas para fazê-lo. Quanto menores são as crianças, mais difícil é a explicitação de tais conhecimentos, uma vez que elas não se comunicam verbalmente. A observação acurada das crianças é um instrumento essencial nesse processo. Os gestos, movimentos corporais, sons produzidos, expressões faciais, as

brincadeiras e toda forma de expressão, representação e comunicação devem ser consideradas como fonte de conhecimento para o professor sobre o que a criança já sabe. Com relação às crianças maiores, podem-se também criar situações intencionais nas quais elas sejam capazes de explicitar seus conhecimentos por meio das diversas linguagens a que tem acesso.

Dada a grande diversidade de temas dentro da educação infantil, é preciso estruturar o trabalho de forma a escolher os assuntos mais relevantes para as crianças e seu grupo social. As crianças devem desde pequenas, serem instigadas a observar fenômenos, formular hipóteses, prever resultados para experimentos, conhecer diferentes contextos históricos e sociais, tentar localizá-los no espaço e no tempo. Podem também trocar idéias e informações, debatê-las, confrontá-las, distingui-las e representá-las, aprendendo aos poucos, como se produz um conhecimento novo ou por que as idéias mudam ou permanecem.

Contudo, o professor precisa ter claro que esses domínios e conhecimentos não se consolidam nesta etapa da educação infantil. São construídos, gradativamente, na medida em que as crianças desenvolvem atitudes de curiosidade, de crítica, de reformulação de explicações para a pluralidade e diversidade de fenômenos e acontecimentos do mundo social e natural.

CONCLUSÃO

A educação no sentido mais amplo vai além do aprender a ler, escrever e contar, porque educar é mais do que preparar alunos para fazer exames, é ajudar as crianças a entenderem o mundo e a realizarem-se como pessoas, muito além do tempo de escolarização. É preciso tomar consciência de que é um equívoco a idéia de que poderemos construir uma sociedade de indivíduos participantes e democráticos, enquanto persistir a concepção de que educação é um mero adestramento cognitivo. (ALVES, 2001).

A educação segundo COSTA, é sempre uma aventura coletiva de partilha de afetos e sensibilidades, de conhecimentos e saberes, de expectativas e experiências, de atitudes e valores, de sentidos de vida(...) Reforçar os mecanismos de interação solidária e os procedimentos cooperativos, é, pois, um imperativo de qualquer política educativa que pretenda assumir a educação como responsabilidade social. COSTA(1991, p. 54) também diz apropriadamente que: "Educar é criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda ele próprio, a construção de seu ser em termos individuais e sociais."

Além de vivermos um momento significativo, em que somos levados a repensar a educação em seu conteúdo e forma, também fazemos parte de uma época histórica, em que caminhamos para uma mudança de paradigma que refletirá em mudanças sociais que não poderão mais ser impedidas, o que nos trará esperança para o futuro.

Segundo CAPRA (1982), a sociedade como um todo, encontra-se em crise. Temos taxas elevadas de inflação e desemprego, temos crise energética, crise na assistência à saúde, poluição e desastres ambientais, uma onda crescente de violência e crimes, crise educacional, e assim por diante.

Tudo isso são facetas diferentes de uma só crise, que é essencialmente, uma crise de percepção, segundo o autor. É consequência do fato de estarmos tentando aplicar os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, mecanicista, reducionista, a uma realidade que já não pode ser entendida em função desses conceitos. Vivemos num

mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes.

Para o autor, precisamos de um novo paradigma, uma nova visão da realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos, percepções e valores. Uma visão holística da realidade, uma compreensão da realidade em função de totalidades integradas, que não podem ser reduzidas a unidades menores desconectadas do todo.

Atualmente existem várias manifestações dessa mudança de paradigma em diversos campos, que parecem caminhar na mesma direção, enfatizando diferentes aspectos da nova visão da realidade. Porém a maioria desses movimentos ainda atua separadamente, ainda não reconhecem que suas intenções se inter-relacionam, que os diversos movimentos poderão fluir juntos e formarem uma poderosa força de mudança social, resultando numa transformação de dimensões sem precedentes, um momento decisivo para a civilização como um todo.

Que esta nova concepção continue repercutindo nos modelos educacionais muitas vezes engessados, fazendo eclodir formas de pensar e de sentir originais, decorrentes de sínteses novas entre o ser e o mundo do qual somos todos protagonistas, inter conectados, participando dos movimentos evolutivos que trarão transformações sociais para a nossa civilização.

REFERÊNCIAS

- BOTH, E. Família e rede social.** Trad. Mario Guerreiro. Rio de Janeiro: F.Alves,1976
- COLLANGE, C. Defina uma família.** Trad. Mario Fondelli. Rio de Janeiro: Ed.Rocco,1994
- CUNHA, I. A R. Educação e desenvolvimento social no Brasil.** 5. ed.Rio de Janeiro:F.Alves,1980
- DESIDÉRIO, F. M. Encontros, desencontros, reencontros em família.** São Paulo:Ed. Paulinas,1982
- DEWEY, J. Vida e educação.** 4. ed. Ed. Melhoramentos,1954 – São Paulo
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido.** 12. ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra,1983
- HOYLE, E. The role of the teacher** (Rouge ledge,1969), pág.74. In: **MORRISH, I. Sociologia da educação uma introdução.** 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar,1975
- KILPATRICK, W. H. Educação para uma civilização em mudança.** Trad. Prof^a Noemy S. Rudolfer. 4. ed. Ed. Melhoramentos,1965 – São Paulo
- KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil. A arte do disfarce.** 3. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos,1987
- MINHCHIN, P. Trabalhando com famílias pobres**/Patrícia Minuchin, Jorge Colapino e Salvador Minuchin; trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul,1999
- MORRISCH, I. Sociologia da educação – uma introdução.** 2. ed. Rio de Janeiro,Zahar,1975
- A Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Volume Introdutório - Vol. 1. Brasília: MEC/SEF,1998
- REIS, S. B. A Crise contemporânea da educação.** Ed. Do Centro do Professorado Paulista. São Paulo,1978
- SNYDERS, G. Escola, classe e luta de classes.** Lisboa Moraes Ed.1977. In: **KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil: A Arte do disfarce.** 3. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos,1987
- TIBA, I. Revista Veja.** Ed. Especial. Ano 34.nº 38. Ed. Abril. Setembro,2001